

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Relatório de Gestão e Contas

2012

Relatório Gestão e Contas 2012

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Relatório de gestão e contas: 2012 / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. - Vila Real: UTAD, 2013

ISBN: 978-989-704-140-2

D.L.: 359256/13

1. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro--Gestão e contas--2012--[Relatórios]

CDU 061.5(469.202)(047.3)"2012"

005(469.202)(047.3)"2012"

378.4(469.202)(047.3)"2012"

Relatório de gestão e contas: 2012

Editor

UTAD

Coordenação técnica e gráfica

Margarida de Carvalho

Edição/Formatação

S.D.B.- Gabinete Direção

Impressão e Acabamento

S.D.B. - Núcleo Gráfico da UTAD

Tiragem

150 Exemplares

Índice geral

Mensagem do Conselho Geral	1
Sumário Executivo	3
1 – A UTAD	5
1.1 Introdução	7
1.2 Missão e valores	7
1.3 Órgãos da UTAD	8
1.4 Unidades	10
1.4.1 Unidades de Ensino e Investigação – Escolas	10
1.4.2 Unidades de Investigação – Centros de Investigação	10
1.4.3 Serviços	11
1.4.4 Serviços de Ação Social	11
1.4.5 Outras unidades	11
1.5 Enquadramento Macroeconómico	12
1.5.1 Enquadramento internacional	12
1.5.2 Enquadramento nacional	14
1.6 Atividades desenvolvidas em 2012	15
1.6.1 Relações Internacionais e mobilidade	15
1.6.2 Inovação	16
1.6.3 Investigação	17
1.6.4 Ensino	17
1.6.5 Serviços de Ação Social	19
1.7 Recursos Humanos	22
1.7.1 UTAD	22
1.7.2 Serviços de Ação Social	23
2 – Análise orçamental	25
2.1 Receita	27
2.2 Despesa	27
2.3 Variação do Saldo de Gerência	27
3 – Relatório de gestão	29
3.1 Análise Patrimonial	31
3.2 Análise aos Resultados	34
3.3 Estrutura de Proveitos	35

3.4	Estrutura de Custos	37
4	– Demonstrações Financeiras	39
4.1	Balanço	41
4.2	Demonstração de Resultados	44
4.3	Fluxos de Caixa	46
4.4	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	59
5	– Parecer do Fiscal único	77
6	– Certificação legal das contas	79

Mensagem do Conselho Geral



O Conselho Geral iniciou funções no passado dia 19 de abril, pelo que não será curial que se pronuncie em detalhe sobre a atividade desenvolvida pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), no período que corresponde à análise apresentada neste relatório.

Na primeira reunião do Conselho Geral, que teve lugar no mesmo dia o Reitor comunicou ao Conselho a sua decisão de propor a antecipação do termo do seu mandato, o que foi aceite pelo Conselho e, nessa conformidade, foi marcado o dia 5 de julho para a eleição do novo Reitor.

Ainda nessa reunião, o Reitor da Universidade fez uma apresentação da atividade desenvolvida pela UTAD e esclareceu de forma cabal as questões que lhe foram colocadas. Em consequência, o Conselho Geral votou por unanimidade os Relatórios de Atividades e das Contas de 2012. O Conselho aprovou ainda, e também por unanimidade, o Plano de Atividades para 2013, muito embora com a ressalva de poderem vir a ser incorporadas eventuais alterações que resultem da iniciativa da nova equipe reitoral.

Na qualidade de Presidente do Conselho Geral recentemente nomeado prevaleço-me desta oportunidade para expressar o meu pensamento sobre o papel que posso desempenhar no sentido da dignificação da UTAD e de todos os seus profissionais e alunos.

A experiência mostra que os projetos bem-sucedidos tiveram sempre por base a interação, a cumplicidade e o espírito de compromisso entre todos os intervenientes. Seguramente que as condições de trabalho e os meios postos à disposição são importantes, mas sem uma cooperação sem temor, assente na confiança da relação interpessoal, o que acontece normalmente é que as boas ideias vão ficando pelo caminho, o desperdício de tempo, de recursos e de energias acentua-se e daí ao desânimo é apenas um pequeno passo. A “arte de bem gerir” é fazer com que as diferenças não se transformem em sinais de bloqueio, mas antes sirvam como argumentos catalisadores em torno de plataformas de compromisso em que todos possam sentir que ganham alguma coisa.

Uma instituição quando se vira para dentro de si própria e deixa de interagir com o mundo que a rodeia normalmente define-se e acaba por morrer porque deixou de ser útil à sociedade que supostamente deveria servir. Por definição, uma Universidade só pode justificar a sua existência e prestigiar-se junto da comunidade se souber interagir com o mundo exterior de uma forma inteligente. Como Presidente do Conselho Geral quero disponibilizar-me para, na medida das minhas capacidades, poder servir como uma espécie de agente facilitador do desenvolvimento de plataformas de cooperação com o exterior, por forma a reforçar o espírito agregador e de compromisso no interior da Universidade.

23 de maio de 2013

José Albino da Silva Peneda

Sumário Executivo



O ano de 2012 decorreu sob uma conjuntura económico-financeira deveras adversa. As dotações transferidas do Orçamento do Estado para o Ensino Superior atingiram o valor mínimo de um financiamento que decresceu 20 % em cinco anos e uma recessão, praticamente generalizada aos Estados-membros da União Europeia, dificultou a obtenção de receitas próprias essenciais ao equilíbrio orçamental. Medidas de gestão e de racionalização de recursos e processos, traduzidas em níveis de eficiência mais elevados e ganhos de competitividade no espaço europeu de ensino superior, um forte esforço de internacionalização e fontes alternativas de financiamento têm amortecido o impacto de um subfinanciamento crónico ao

Ensino Superior que, convirá referir, abrange também alguns países da União Europeia. Foi neste contexto que, comparativamente ao ano anterior, a dotação orçamental da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro foi reduzida de 33.718.657€ para 26.284.863€.

Não obstante o clima de instabilidade e de incerteza, as atividades desenvolvidas durante este ano continuaram a ter subjacentes os grandes eixos estratégicos e as linhas programáticas do plano de ação para o quadriénio do mandato reitoral: reorganização e reestruturação da oferta educativa, atraindo novos públicos e estudantes internacionais; reforço da investigação e transferência de conhecimento e de tecnologia numa universidade aberta à internacionalização e ao empreendedorismo; gestão eficiente sob padrões reconhecidos de qualidade e de avaliação; consolidação de infraestruturas.

Sob tutela do Gabinete de Gestão da Qualidade, decorreram os processos de acreditação/avaliação dos ciclos de estudo, a avaliação institucional pela *European University Association* e avaliação internacional do mestrado integrado de Medicina Veterinária pela EAEVE (*European Association of Establishments for Veterinary Education*).

O Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidades (GRIM), estrutura que coordena e promove as ações de internacionalização, persistiu na sua política de consolidação e reforço das relações de parceria com diversas instituições nacionais e estrangeiras. Pela língua e pela cultura, foram privilegiadas as políticas de cooperação com o Brasil, com os países da rede ibero-americana e com os países africanos, mas assumiram já importância significativa os contactos com os países emergentes, designadamente a China e a Rússia, onde as oportunidades de crescimento e desenvolvimento são claramente promissoras.

Para uma investigação continuada e sólida, dando continuidade ao trabalho realizado nos últimos anos, formalizou-se a associação a dois novos polos (INESC TEC) e LabCom-UBI) e à Euro-região do conhecimento Galiza-Norte de Portuga, integrando a Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste Europeu (CRUSOE). Os indicadores de produtividade científica

revelam uma tendência para um crescimento sustentado da atividade dos docentes/investigadores, repercutida em publicações, em projetos sob financiamento competitivo, no empreendedorismo e em número de patentes registadas.

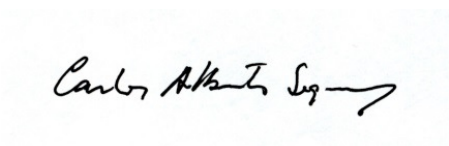
Nos domínios da comunicação, informação e divulgação da imagem da UTAD, o Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) conseguiu promover a missão, objetivos e estratégias da universidade junto dos diferentes públicos, interna e externamente, fomentando e consolidando o relacionamento com a comunicação social e com sociedade em geral.

Os Serviços de Ação Social da universidade (SASUTAD) conseguiram uma evolução positiva ao nível de vendas e serviços e as receitas geradas, ultrapassando largamente a dotação transferida, foram determinantes para a sua sustentabilidade e prossecução de objetivos. De modo complementar, os SASUTAD procuraram consolidar a imagem corporativa e a qualidade (SGQ) para a obtenção da certificação segundo a norma internacional ISO 9001:2008.

Não obstante decréscimos significativos no investimento, entendemos que o equilíbrio nos resultados de 2012, conseguido por rigorosa gestão financeira, partilha de recursos e trabalho desmesurado dos trabalhadores docentes e não docentes, pode constituir o ponto de viragem para uma universidade que se pretende universal no ensino e na investigação e reconhecida internacionalmente na área de ciências agrárias potenciada pelas diferentes áreas do saber.

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 19 de abril de 2012

O Reitor

A handwritten signature in black ink, reading "Carlos Alberto Sequeira", is displayed on a light blue rectangular background.

Carlos Alberto Sequeira

1 – A UTAD

1.1 Introdução

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, doravante designada UTAD, nasceu em 1986 sucedendo ao Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, o qual havia já resultado da reconversão do Instituto Politécnico de Vila Real.

Enquanto instituição de ensino superior sempre reconheceu que era seu propósito servir o País e a sua região e tomou como objetivos fundamentais o ensino, a investigação, a extensão e a prestação de serviços à comunidade.

É uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar face ao Estado, com a diferenciação adequada à sua natureza, nos termos da Constituição, da lei e dos Estatutos.

1.2 Missão e valores

A UTAD encontra-se orientada para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo, do ensino da investigação e do desenvolvimento experimental.

Assim, na sua atuação a Universidade procura:

- A qualificação de alto nível dos portugueses, a produção e difusão do conhecimento e a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes, num quadro de referência internacional;
- A valorização da investigação e da atividade dos docentes e não docentes;
- A estimulação da formação intelectual e profissional dos estudantes;
- Proporcionar as condições para que o ensino superior esteja acessível a todos os cidadãos devidamente habilitados e à aprendizagem permanente;
- A promoção do intercâmbio de estudantes e diplomados, nacional e internacionalmente;
- A prestação de serviços de ação social escolar com vista ao favorecimento ao acesso ao ensino superior com discriminação positiva dos estudantes economicamente mais desfavorecidos com aproveitamento escolar;
- Participação, individual ou representada por outras organizações, na formulação de políticas nacionais, em atividades de ligação à sociedade;
- Difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica contribuindo para a compreensão pública das humanidades, das artes, da ciência e da tecnologia.

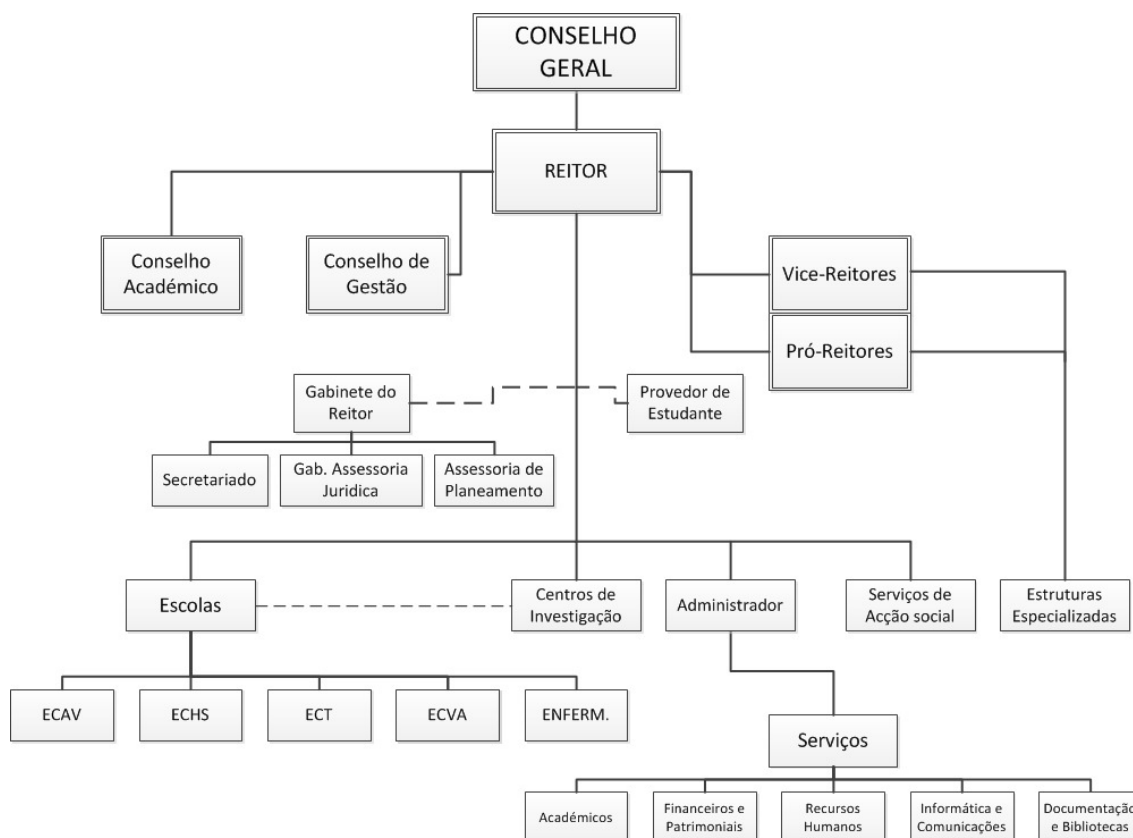
1.3 Órgãos da UTAD

São órgãos da Universidade:

- a) O Conselho Geral;
- b) O Reitor;
- c) O Conselho de Gestão;
- d) O Provedor do Estudante;
- e) O Conselho Académico.

Pode ainda o Conselho Geral, por iniciativa própria ou do reitor, criar outros órgãos de natureza consultiva, definindo a respetiva composição e competências.

A organização da UTAD pode ser esquematizada da seguinte forma:



A composição dos órgãos do governo pode ser detalhada como se segue:

Órgãos	Composição	Cargo	Membros
Conselho Geral	Membros cooptados	Presidente	Francisco Seixas da Costa
		Secretário	José Carlos Marques de Almeida
			António Alves Martinho
			António Rios Amorim
			Francisco Seixas da Costa
			Isabel Vaz
			Jorge Manuel Morais Alves Dias
			Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus
	Professores e Investigadores		António Augusto Fontainhas Fernandes (desde março)
			Ana Isabel Ramos Novo Amorim de Barros (até março)
			Alberto Moreira Baptista
			Carlos Alberto Antunes Viegas
			Christopher Gerry
			Henriqueta Maria de Almeida Gonçalves
			José Afonso Moreno Bulas Cruz
			José Carlos Esteves Gomes Laranjo
			José Carlos Marques de Almeida
			Maria Elisa Preto Gomes
			Maria João Filomena dos Santos Pinto Monteiro
			Nuno Paulo Correia e Afonso Moreira
			Patrícia Alexandra Curado Quintas Dinis Poeta
			Pedro José de Melo Teixeira Pinto
	Pessoal Não Docente e Não Investigador		Arsénio Monteiro dos Reis
	Alunos		Sérgio Filipe Ferreira Martinho
			Octávio Manuel Ribeiro Serra
			João Paulo da Cunha Ribeiro
Reitor			Carlos Alberto Sequeira
Equipa Reitoral	Vice-Reitor		Carlos Machado dos Santos (até 31 de outubro)
	Vice-Reitor		Jorge Manuel Teixeira de Azevedo
	Vice-Reitor		Carlos da Costa Assunção
	Pró-Reitor		António Augusto Fontainhas Fernandes (até 9 março)
	Pró-Reitor		Fernando Manuel Coelho Franco Martins
	Pró-Reitor		António José Rocha Martins da Silva
	Pró-Reitor		João Manuel Pereira Barroso
	Pró-Reitora		Alexandra Sofia Miguéns Fidalgo Esteves

Órgãos	Composição	Membros
Presidentes de Escolas	Presidente ECAV	Vicente de Seixas e Sousa
	Presidente ECHS	Christopher Gerry
	Presidente ECT	José Afonso Moreno Bulas Cruz
	Presidente ECVA	António Fontainhas Fernandes
	Presidente ESEnf	Maria João Filomena Santos Pinto Monteiro
Conselho de Gestão	Reitor	Carlos Alberto Sequeira
	Vice-Reitor	Jorge Manuel Teixeira de Azevedo
	Vice-Reitor	Carlos da Costa Assunção (até 21 de novembro)
	Vice-Reitor	Carlos Machado dos Santos (até 31 de outubro)
	Diretor de Serviço	Baltazar Sousa Cruz (desde 21 de novembro)

1.4 Unidades

A UTAD organiza-se em diversas unidades, distintas quanto aos seus objetivos, estrutura, autonomia e natureza:

- Unidades de Ensino e Investigação – Escolas;
- Unidades de Investigação – Centros de Investigação;
- Serviços;
- Serviços de Ação Social;
- Outras Unidades.

1.4.1 Unidades de Ensino e Investigação – Escolas

As Unidades de Ensino e Investigação podem ter natureza universitária ou politécnica.

As escolas de natureza universitária são unidades orgânicas dirigidas à realização continuada de tarefas de ensino, investigação, transferência de ciência e tecnologia, de difusão de cultura e de prestação de serviços especializados, gozando de autonomia científica, pedagógica e administrativa.

Atualmente as Escolas existentes são:

- Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias (ECAV);
- Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS);
- Escola de Ciências e Tecnologia (ECT);
- Escola de Ciências da Vida e do Ambiente (ECVA).

A escola de natureza politécnica existente é a Escola Superior de Enfermagem de Vila Real a qual se encontra orientada para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental.

Esta Escola é uma unidade orgânica que goza de autonomia científica, pedagógica e administrativa definida nos estatutos próprios e adequados aos Estatutos da UTAD.

1.4.2 Unidades de Investigação – Centros de Investigação

Os centros de investigação são estruturas direcionadas para a realização das tarefas de investigação, de transferência de ciência e de tecnologia, de difusão da cultura e de prestação de serviços especializados que, quando sejam unidades orgânicas, apresentam autonomia científica.

Os centros de investigação da UTAD são:

- Centro de Ciência Animal e Veterinária (CECAV);
- Centro de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade (CERTIC);

- Centro de Estudos em Letras (CEL);
- Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD);
- Centro de Genómica e Biotecnologia (CGB);
- Centro de Investigação de Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD);
- Centro de Investigação e de Tecnologias Agroambientais e Biológicas (CITAB);
- Centro de Matemática (CM);
- Centro de Química (CQ).

1.4.3 Serviços

Os serviços são unidades funcionais, hierarquicamente organizadas, orientadas para o apoio técnico e administrativo permanente necessário ao funcionamento da Universidade e de toda a sua estrutura organizativa.

Os serviços em vigor são os seguintes:

- Serviços Académicos (SA);
- Serviços de Documentação e Bibliotecas (SDB);
- Serviços de Informática e de Comunicações (SIC);
- Serviços de Recursos Humanos (SRH);
- Serviços Financeiros e Patrimoniais (SFP);

1.4.4 Serviços de Ação Social

Os Serviços de Ação Social (SAS) destinam-se a assegurar as funções de ação social escolar.

Os SAS estão dotados de autonomia administrativa e financeira e de capacidade para praticar atos jurídicos, de tomar decisões com eficácia externa e de praticar atos definitivos. Têm ainda a capacidade de dispor de receitas próprias e de as afetar a despesas aprovadas no seu orçamento.

Com o objetivo de racionalização dos recursos humanos e financeiros, os SAS dispõem de serviços administrativos próprios.

1.4.5 Outras unidades

A Universidade dispõe de outras estruturas de suporte às atividades de ensino, de investigação, de prestação de serviços e de difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica que se inserem no âmbito da missão da Universidade.

São unidades da UTAD:

- Centro de Acompanhamento do Treino e Excelência Desportiva (CATED);

- Centro de Exploração e Gestão Agrárias (CEGA);
- Gabinete de Apoio à Inserção na Vida Ativa (GAIVA);
- Gabinete de Apoio a Projetos (GAP);
- Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia (GAPI-OTIC);
- Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI);
- Gabinete de E-learning;
- Gabinete de Formação (Gform);
- Gabinete de Gestão da Qualidade (GESQUA);
- Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade (GRIM);
- Hospital Veterinário;
- Jardim Botânico;
- Laboratório de Ecologia Aplicada (LEA);
- Laboratório de Solos e Fertilidade;
- Museu de Geologia;
- Unidade de Apoio Técnico, Manutenção e Segurança (UATMS);
- Unidade de Microscopia Eletrónica (UME).

1.5 Enquadramento Macroeconómico

1.5.1 Enquadramento internacional

A economia mundial voltou a expandir-se em 2012, embora tenha registado o segundo ano sucessivo de abrandamento. Este abrandamento foi sentido nas grandes economias desenvolvidas como Japão, EUA e União europeia mas também nas potências emergentes como China, Índia e Brasil.

A conjuntura económica internacional continuou condicionada por um crescimento modesto da atividade industrial, reflexo do decréscimo de procura, nomeadamente por parte das principais economias, e consequente desaceleração das transações de comércio internacional.

A procura manteve-se condicionada, em diversos casos, pelo ambiente de desalavancagem, quer de empresas, quer sobretudo de famílias, nomeadamente nas regiões desenvolvidas, e pela ausência de estímulos monetários, quer convencionais, quer não convencionais, à economia real.

Adicionalmente, com o rácio de dívida sobre o PIB a atingir, em diversos casos, o nível mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial, vários Governos continuaram a ser forçados a seguir políticas orçamentais restritivas, procurando alcançar saldos orçamentais primários positivos que permitam inverter a tendência de subida da dívida pública, atribuindo-lhe assim um carácter de sustentabilidade. Nas poucas economias em que se assistiu a algum estímulo orçamental, o impacto no crescimento não foi significativo devido a contração no consumo do sector privado.

O ano de 2012 ficou também marcado pela propagação da crise da dívida soberana no seio da Europa, após o contágio da mesma à dívida italiana e espanhola. Esta situação agravou-se ainda pelas incertezas políticas em alguns países, pelo pedido de assistência ao setor financeiro por parte de Espanha, e pela necessidade de aprovação de um novo pacote de auxílio financeiro à Grécia, mesmo após o processo de reestruturação da dívida pública daquele Estado Membro ainda durante a primeira metade de 2012. Com o receio dos investidores acerca da situação das finanças públicas a agravar-se até meados do ano, alguns Governos reforçaram as medidas de austeridade.

Os responsáveis governamentais e dos bancos centrais, nomeadamente o BCE e a Reserva Federal, continuaram, em 2012, a implementar medidas para estabilizar os mercados financeiros e impulsionar a atividade económica, medidas que acabaram por despoletar uma evolução mais favorável do sentimento de confiança durante a segunda metade do ano.

Na Europa, a nível dos Governos, estabeleceram-se novos compromissos no sentido de reforçar a coordenação das políticas económicas, de fiscalização orçamental, e de aumento do poder de intervenção dos mecanismos de estabilização financeira, desta feita junto do setor bancário, tendo para isso sido dados os primeiros passos com vista à criação de um mecanismo único de supervisão bancária.

Nos EUA, a Reserva Federal reforçou a compra de títulos do Tesouro e anunciou a aquisição de títulos de dívida hipotecária, enquanto no Japão o banco central aumentou, por seis vezes, a dimensão do programa de compra de ativos financeiros.

Apesar disso, ao longo do ano, as estimativas de crescimento económico das instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE, entre outras, foram revistas em baixa sucessivamente, em linha com a deterioração dos indicadores económicos na maior parte das regiões do globo. Na atualização mais recente das estimativas económicas, em janeiro de 2013, o FMI estimava que a economia mundial terá crescido 3,2% em 2012, percentagem inferior aos 3,3% estimados em setembro de 2012. O FMI continuou a alertar para o facto dos diversos riscos, quer de natureza orçamental, quer financeira, serem ainda muito elevados, embora tenha reconhecido que, caso não se materializem, e caso as condições financeiras continuem a melhorar, o crescimento pode vir a ser mais elevado do que o atualmente previsto para 2013.

De realçar ainda o fraco desempenho de uma das maiores potências emergentes, o Brasil, que ficou muito aquém do esperado. De acordo com os últimos dados, a economia Brasileira terá apresentado o pior crescimento dos últimos 3 anos, cerca de 0,9%.

Em 2012, a nível global, a inflação não constituiu um obstáculo à implementação de medidas de estímulo à economia, uma vez que se observou uma tendência de moderação, enquanto as expectativas para a evolução do nível dos preços permaneceram ancoradas.

Na zona Euro, a inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou uma taxa de variação média de 2,5%, abaixo dos 2,7% de 2011, tendo o principal contributo para o arrefecimento dos preços vindo da componente energética.

O desemprego é apontado como maior flagelo mundial para 2013. Segundo as últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional, no final de 2012, existiam cerca de 200 milhões de desempregados em todo o mundo, sendo que, a resolução deste problema irá se estabelecer e como prioritária.

1.5.2 Enquadramento nacional

Em 2012, deparamo-nos com uma significativa contração da atividade económica, na ordem dos 3%, refletindo a queda generalizada da procura interna, mitigada pelo crescimento das exportações.

No decurso de 2012 prosseguiu o processo de ajustamento da economia portuguesa caracterizado pela redução das necessidades líquidas de financiamento dos agentes económicos, bem como pelo ajustamento do balanço dos bancos através do aumento dos rácios de solvabilidade e da redução dos rácios de transformação. De lembrar que Portugal, encontra-se sobre um programa de ajustamento internacional, com compromissos e agendas muito exigentes, sendo que, o grau de insatisfação da população intensificou-se ao longo do ano.

A inflação medida pelo crescimento do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), terá estabilizado em 2012 nos 2,8% com a tendência a acentuar-se para 2013, perspetivando-se uma redução para 1% entre 2013 e 2014. O abrandamento da inflação deve-se em grande medida à diminuição do consumo derivado do aumento dos impostos indiretos e consequente diminuição do rendimento disponível das famílias e das empresas.

Os Economistas do Fundo Monetário Internacional estão a projetar um crescimento negativo para a zona euro para 2013, na ordem dos 0,2%, cenário este que se prende com o facto das políticas tomadas, embora reduzindo os custos e melhorando as condições financeiras para os governos e para os bancos, ainda não terem surtido efeito nas condições de financiamento do setor privado, que continuam muito adversas. No entanto, a expectativa para 2014 é uma retoma do crescimento, na ordem de 1%.

Em Portugal à semelhança do observado em 2012, espera-se um crescimento virtualmente nulo da procura externa em 2013 (0,3%). As importações deverão voltar a contrair em 2013, a exemplo do estimado para 2012. A previsão global para Portugal é de um crescimento quase nulo, na ordem de 0,2%, impulsionado, mais uma vez, pelo crescimento das exportações.

1.6 Atividades desenvolvidas em 2012

1.6.1 Relações Internacionais e mobilidade

A internacionalização e mobilidade internacional assumem-se para a UTAD como uma aposta estratégica que se tem procurado consolidar.

Dada a proximidade linguística e a cultura, a UTAD tem desenvolvido relações privilegiadas com o Brasil, com os países da rede ibero-americana e com os países africanos.

De facto, e no que toca aos programas Luso-brasileiros, o número de mobilidades aumentou significativamente em resultado da focalização nos países de língua portuguesa. São de realçar os Programas de Licenciatura Internacionais (PLI) e Ciência Sem Fronteiras (CsF), a mobilidade de cooperação académica ao nível do 1º ciclo e a mobilidade ao abrigo dos Convénios Luso-Brasileiros (2º e 3º ciclo).

Relativamente ao programa LLP-Erasmus, apesar da redução dos montantes atribuídos pela Agência Nacional das bolsas mensais essencialmente para os países da República Checa, Polónia e Roménia, principais destinos dos alunos da UTAD, os objetivos globais foram atingidos tendo-se inclusivamente registado um aumento significativo de docentes oriundos de países como a Polónia, Turquia e essencialmente Espanha.

O esforço do Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade (GRIM), entidade que coordena a operacionalização e funcionamento das mobilidades, permitiu a assinatura de 41 novos protocolos de cooperação com entidades nacionais e estrangeiras, captando ao abrigo dos Convénios Luso-Brasileiros de 2º e 3º ciclos 190 estudantes (78 de Doutoramento e 112 de Mestrado) e renovando 144 acordos bilaterais ao abrigo do LLP-Erasmus.

Como resultado da política de internacionalização da UTAD foram desenvolvidas as seguintes ações das quais se destacam:

- Acolhimento da Delegação Turca, Polaca e Alemã, no âmbito do LLP-Erasmus;
- A visita de representantes do Instituto de Tundavala, Angola;
- A visita de uma comitiva da UTAD à Província da Lunda Sul, Angola, a convite da Universidade de Lueji A'Nkonde;
- A assinatura do Protocolo de Cooperação com o Instituto Superior de Ciências de la Salud, Argentina.

**Principais Indicadores de Execução nos diferentes Programas de Mobilidade
2011/2012**

	<i>Incoming</i>	<i>Outgoing</i>
Programa LLP-Erasmus		
Alunos	140	142
Docentes	38	33
Total	178	175
Outros Programas de Cooperação Académica (IES do Brasil, EUA, Estágios em Empresas, Almeida Garrett, etc.)		
Alunos	25	31
Programa no âmbito dos Convénios Luso-Brasileiros (2º e 3º ciclos)		
Mestrado	112	-
Doutoramento	78	-
Edições anteriores	234	-
Total alunos recebidos	424	-
PLI – Programa de Licenciaturas Internacionais		
Total alunos recebidos	14	-
CSF – Ciência sem Fronteiras		
Total alunos recebidos	23	-
Totais/Volume de Alunos em Mobilidade	664	206

1.6.2 Inovação

Em 2012 o Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia (GAPI-OTIC) procedeu ao registo de 10 pedidos de patentes, 9 das quais da UTAD. Foram ainda aprovados 23 projetos com um investimento global mais de 2 milhões de euros em que a componente da UTAD ascendeu a 1,6 milhões de euros com um financiamento correspondente de 1,3 milhões de euros. Foram ainda apoiados investigadores na submissão de 51 candidaturas nacionais e europeias.

Relativamente ao empreendedorismo de base tecnológica foi promovido o Passaporte para o Empreendedorismo, tendo sido possível apresentar diversas candidaturas de alunos e ex-alunos da UTAD a este programa de apoio à criação de empresas.

No âmbito da rede Inovar a UTAD participou na Comissão Executiva do concurso AGROFOOD iTECH 2012. Neste concurso foram avaliadas 69 tecnologias tendo sido duas da UTAD patenteadas nas primeiras 20 posições:

- Metodologia não Destrutiva para Calcular o Vigor de uma Videira.
- Multi-Functional Heat-Pulse Probe (MFHPP).

1.6.3 Investigação

Os dados registados nesta área revelaram que a preocupação da UTAD relativamente a uma investigação permanente e sólida reforçaram a imagem da Universidade como uma instituição de investigação.

A UTAD apresenta atualmente oito centros de investigação e duas secções de centros de investigação da Universidade de Coimbra aos quais se juntaram em 2012 mais dois pólos, encontrando-se outros ainda em formalização.

O quadro positivo em que a UTAD se apresenta é visível não só pelo aumento significativo do número de docentes que passaram a estar inseridos em unidades de investigação, como também pelos 1.003 artigos publicados em revistas ISI e mais de 400 publicados e referenciados na SCOPUS.

Os dados de produção científica em 2012 apresentam-se como se segue:

Tipologia	Total/Publicação
Livros ou capítulos de livros	246
Artigos publicados em revistas ISI	471
Artigos publicados e referenciados na SCOPUS	133
Artigos publicados em outras revistas internacionais	202
Artigos publicados em revistas nacionais	80
Artigos publicados em <i>Proceedings</i>	475
Publicações de natureza pedagógica	48
Documentos eletrónicos	47
<i>Abstracts</i>	641
<i>Posters</i>	499
Doutoramentos concluídos	47
Mestrados concluídos	492

1.6.4 Ensino

Atualmente a UTAD tem inscritos 7.264 estudantes, dos quais 5.458 frequentam cursos do 1º ciclo e do mestrado integrado, 1.596 do 2º ciclo e 210 do 3º ciclo.

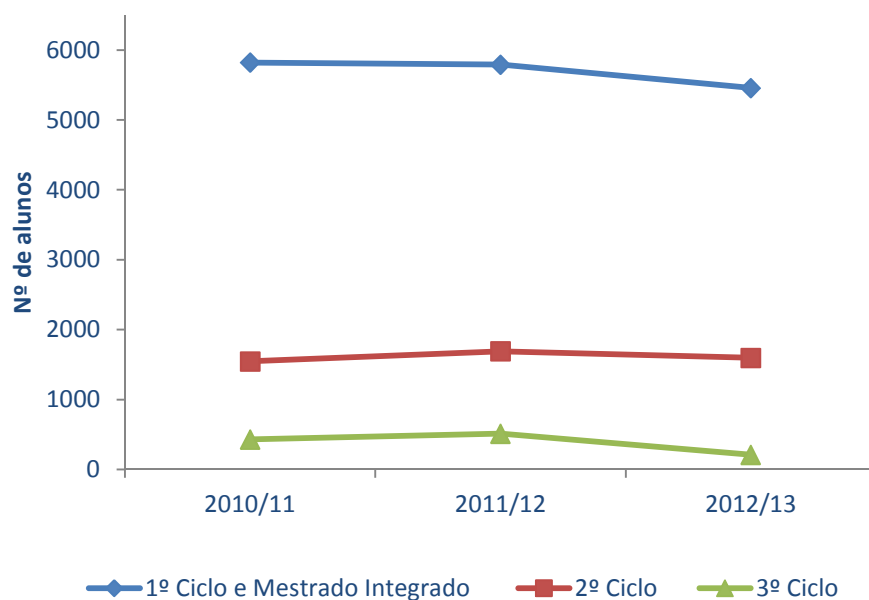
No ano letivo de 2012/2013 encontram-se em funcionamento 38 cursos do 1º ciclo de estudos, 61 cursos do 2º ciclo, 18 cursos do 3º ciclo e um curso de mestrado integrado.

No ano letivo de 2011/2012 a UTAD ofereceu no total 2.964 vagas tendo sido ocupadas cerca de 90% do total. Neste ano letivo 1.360 estudantes terminaram o curso que se encontravam a frequentar.

Ciclo de estudos	Total
1º Ciclo e mestrado integrado	
Número de vagas oferecidas (regime geral)	1.365
Número de estudantes inscritos pela 1ª vez 2011/2012	1.499
Número de diplomados 2011/2012	983
2º Ciclo	
Número de vagas oferecidas	1.375
Número de estudantes inscritos pela 1ª vez 2011/2012	1.034
Número de diplomados 2011/2012	78
Número de diplomados no ano civil de 2012 referentes a anos letivos anteriores	248
Dissertações relativas ao ano letivo de 2011/12 entregues e que aguardam defesa	298
3º Ciclo	
Número de vagas oferecidas	224
Número de estudantes inscritos pela 1ª vez 2011/2012	137
Número de diplomados 2011/2012	51

A evolução do número de estudantes nos diferentes níveis de ensino pode ser apresentada como se segue:

Evolução do número de alunos inscritos



1.6.5 Serviços de Ação Social

O plano estratégico para o quadriénio 2011/2014 tem como prioridades o desenvolvimento de atividades culturais e outras para a prossecução dos objetivos da ação social escolar.

Em 2012, os SASUTAD procuraram consolidar a sua imagem corporativa e a comunicação com o exterior.

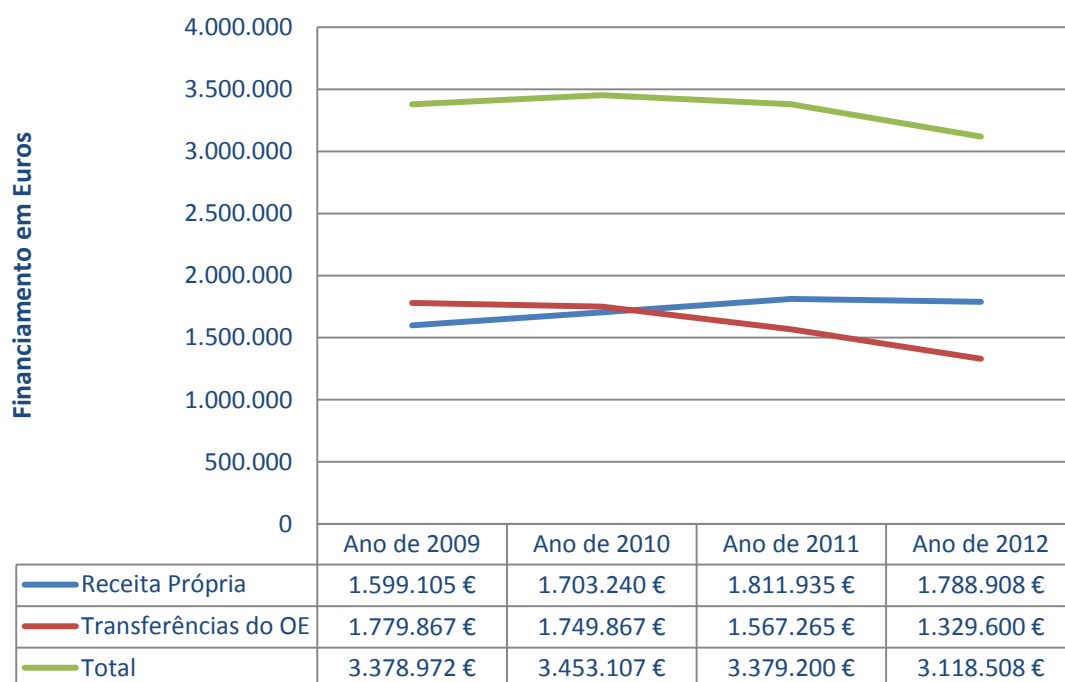
Outra das preocupações dos SASUTAD prendeu-se com a continuidade do trabalho de implementação do sistema de gestão de qualidade (SGQ) para a obtenção da certificação de qualidade segundo a norma internacional ISO 9001:2008, e que passou pela reorganização do *Backoffice*.

Procurou-se ainda apostar na qualificação dos trabalhadores quer numa vertente escolar quer direcionada para o posto de trabalho.

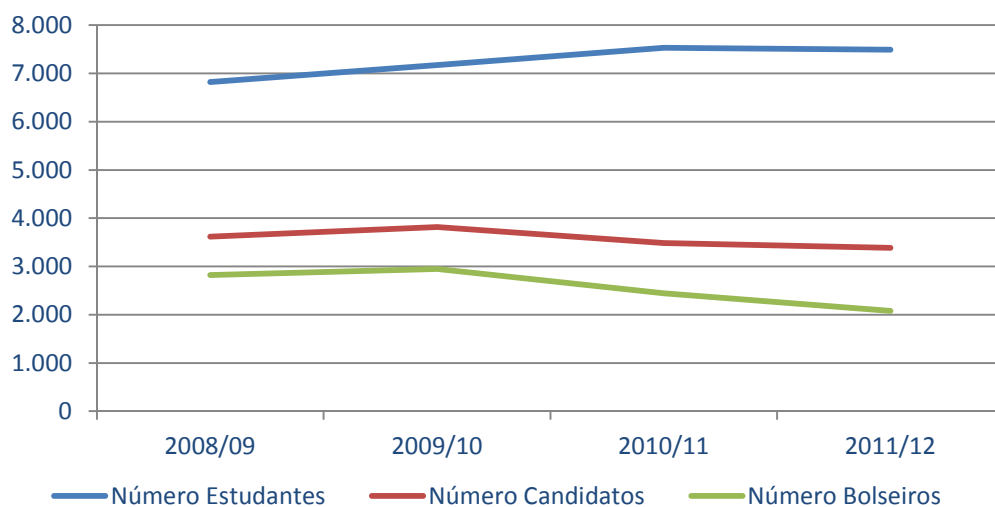
Valores em euros

	2009	2010	2011	2012
Receita apurada (entrada em tesouraria)	1.599.105,08	1.703.240,62	1.811.935,69	1.788.908,54
Financiamento dos serviços através do Orçamento de Estado	1.779.867,96	1.749.867,96	1.567.265,00	1.329.603,00

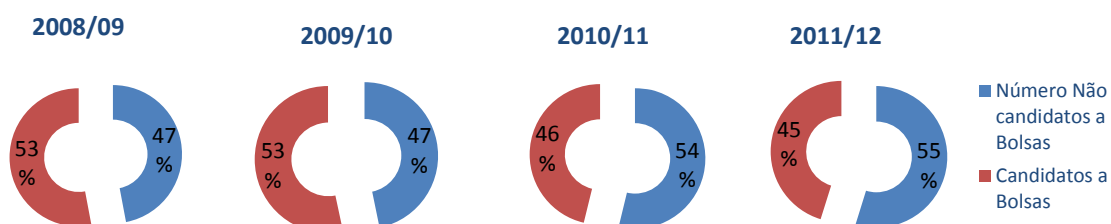
Evolução dos Recursos Financeiros dos SASUTAD



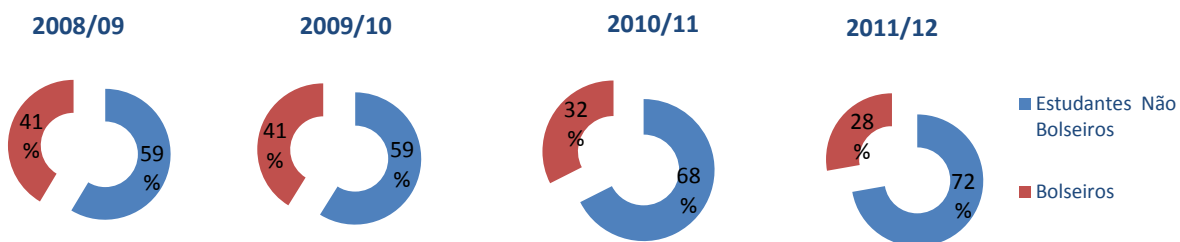
Evolução do Número de Estudantes, Candidatos e Bolseiros



Evolução relativa dos candidatos a Bolsas



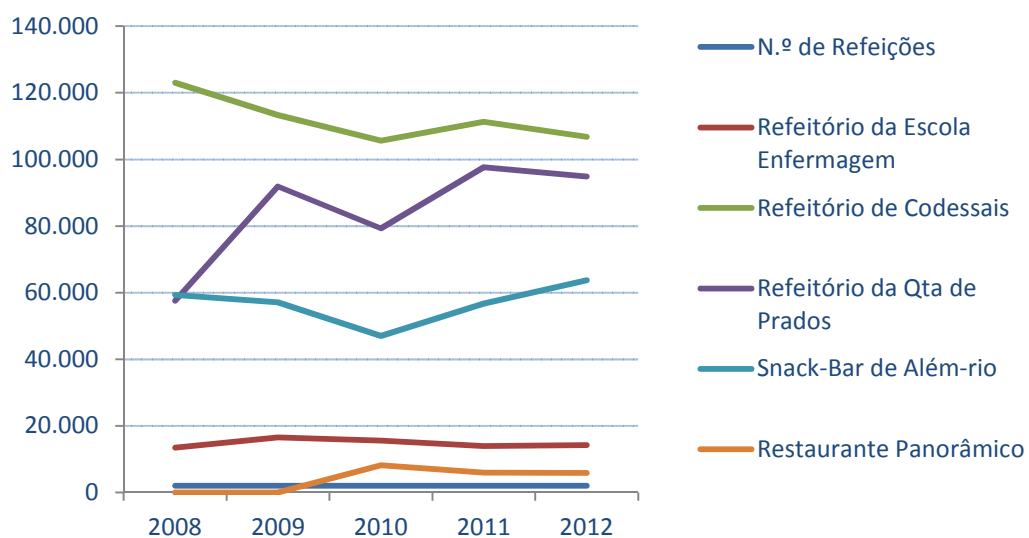
Evolução relativa do número de Bolseiros



Receita de alojamento apurada no mês

Mês/Ano	N.º Estudantes Alojados		N.º Estudantes Alojados		N.º Estudantes Alojados	
	2010		2011		2012	
Janeiro	473	35.209,97	505	42.595,87	492	33.553,36
Fevereiro	470	34.276,87	451	36.465,03	510	40.244,96
Março	468	34.298,15	429	35.611,88	521	40.346,22
Abril	458	33.758,07	413	34.560,04	506	41.260,42
Maio	461	33.839,50	442	37.700,49	555	44.965,96
Junho	436	34.605,06	481	46.348,07	549	63.161,76
Julho	412	49.395,28	457	60.133,03	561	63.993,56
Agosto	18	1.131,37	40	3.272,67	22	1.720,44
Setembro	477	35.068,11	512	56.178,94	521	60.193,44
Outubro	475	37.283,90	552	61.542,38	540	61.091,56
Novembro	450	35.586,41	525	56.336,24	528	56.333,16
Dezembro	454	36.168,69	507	37.453,80	427	26.755,08
Total	-	400.621,38	-	508.198,44	-	528.135,92

Número de refeições servidas



1.7 Recursos Humanos

1.7.1 UTAD

Em 2012 verificou-se uma redução do número de trabalhadores com contrato de trabalho com a UTAD. Esta redução apresentou maior expressão no pessoal docente que assistiu a um decréscimo de 12 pessoas (539 em 2011 para 527 em 2012). Por sua vez, o pessoal não docente diminuiu em apenas 2 pessoas (436 em 2011 para 434 em 2012). No total, a 31 de dezembro de 2012 a UTAD tinha ao seu serviço 961 trabalhadores.

Categorias	2012
Pessoal docente	
Professor Catedrático	36
Professor Associado com Agregação	33
Professor Associado	39
Prof. Auxiliar com Agregação	28
Professor Auxiliar	284
Prof. Auxiliar Convidado	13
Assistente	13
Assistente Convidado	44
Leitor	8
Investigador	4
Professor Coordenador com Agregação	1
Professor Coordenador sem Agregação	7
Professor Adjunto	17
Total	527
Pessoal não docente	
Técnico Superior	54
Assistente Técnico	179
Assistente Operacional	167
Especialista Informática	14
Técnico Informática	20
Total	434
Total pessoal docente e não docente	961

Relativamente ao pessoal docente, apesar de se ter mantido estável o corpo docente da carreira de Professor Associado e do número de investigadores, assistiu-se a um declínio do número de docentes convidados, nomeadamente as categorias de Professor Auxiliar Convidado, Assistente Convidado e Leitor, de 76 em 2011 para 65 em 2012.

Quanto ao pessoal não docente, apesar de se ter chegado a registar um decréscimo numa primeira fase derivado a aposentações, com a admissão 6 assistentes técnicos o número total manteve-se estável comparado com o ano anterior.

1.7.2 Serviços de Ação Social

No que respeita aos SASUTAD a estrutura de pessoal tem-se mantido relativamente estável ao longo do tempo.

Número de efetivos por carreiras	2009	2010	2011	2012
Dirigente	1	1	1	1
Técnico Superior	7	8	10	12
Técnico Informática	2	2	2	2
Assistente Técnico	17	16	14	12
Assistente Operacional	106	97	92	92
Avençados	5	4	4	1
Total	138	128	123	120

2 – Análise orçamental

2.1 Receita

A UTAD durante o ano de 2012, contou com um total de recebimentos no valor de 46.113.009,38 euros, sendo 1.410.447,92 de saldo da gerência do ano anterior e 44.722.561,46 euros de receitas arrecadadas durante o ano.

Comparando com o volume total de receitas de 2011, verifica-se uma diminuição, explicável pela diminuição das verbas provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente o corte do Subsídio de Férias e de Natal.

Quanto às receitas próprias arrecadadas registou-se um aumento, totalizando 12.610.286,78 euros em 2012. Este aumento é justificado pelo aumento do número de aluno tendo por referência o ano letivo de 2010/2011.

Fazendo uma análise ao peso das receitas arrecadadas durante o ano económico de 2012, verificamos, que as transferências do Estado (OE) representam cerca de 58,8% do total das receitas. As receitas próprias representam 27,33%.

Relativamente à UTAD, verificamos que, comparando o orçamento inicial da receita, que apresentava um valor global de 38.593.865,00 euros, verifica-se que foi executado 41.707.325,67 euros, havendo um desvio positivo de 3.113.460,67 euros, conseguido essencialmente pela boa execução da componente nacional de projetos I&D e receitas próprias

2.2 Despesa

No que respeita à despesa, foi executada despesa no montante de 43.069.940,31 euros. A despesa com pessoal assume um peso mais significativo (32.245.162,84 euros), representando 74,87% do total da despesa.

As aquisições de bens e serviços ascenderam a 8.031.936,89 euros, sendo a principal componente relativa a encargos das instalações no montante de 1.537.346,52 euros.

As despesas com capital ascenderam a 1.092.731,59 euros em 2012, tendo a maior componente sido utilizada em equipamento básico (784.150,96 euros).

2.3 Variação do Saldo de Gerência

O saldo que transitou para a gerência seguinte totalizou 2.860.530,16 euros (tendo em consideração as operações de tesouraria), verificando-se um aumento relativamente ao ano anterior em 1.450.082,24 euros

3 – Relatório de gestão

O Relatório de Gestão consolidado da UTAD foi preparado em conformidade com a Portaria nº 794/2000, de 20 de setembro, que define as normas relativas à consolidação de contas do setor da Educação.

As entidades incluídas na consolidação mediante a aplicação do método da simples integração são:

- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tutela do Ministério da Educação e ciência, presta serviços de educação superior sendo hoje reconhecida como um ponto de referência no sistema Universitário Português;
- Serviços de Ação Social da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, SASUTAD, atuam no âmbito da atribuição de bolsas de estudo, serviços de alojamento e refeições a preços sociais, nas áreas do apoio à saúde, cultura e ao desenvolvimento da prática desportiva.

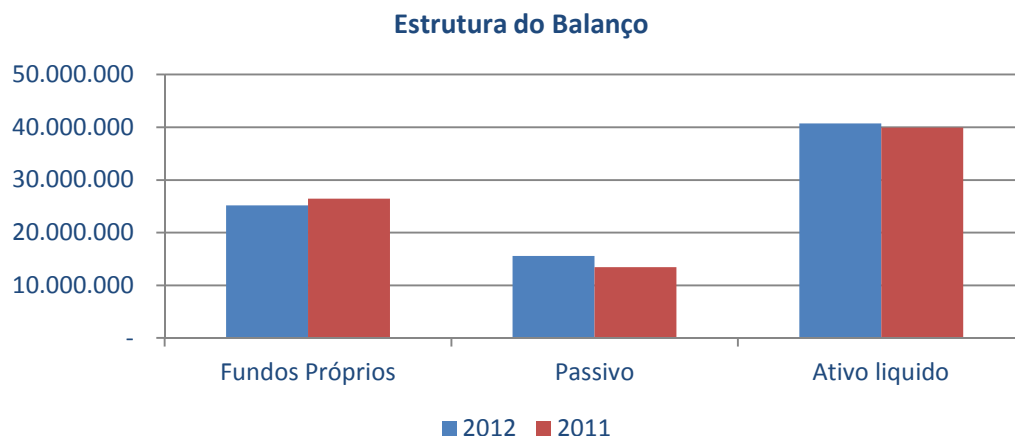
3.1 Análise Patrimonial

As demonstrações financeiras consolidadas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/SASUTAD, relativas ao exercício de 2012, apresentam um Ativo Líquido de 40.756.286,26 euros, um valor de Fundos Próprios de 25.166.207,56 euros, sendo o seu passivo no valor de 15.590.078,70 euros.

(valores expressos em euros)

Rubrica	2012	2011
Fundos Próprios	25.166.207,56	26.458.080,94
Passivo	15.590.078,70	13.456.645,32
Ativo líquido	40.756.286,26	39.914.726,26

O valor do ativo líquido aumentou ligeiramente entre 2011 e 2012, sendo financiado maioritariamente por fundos próprios. Em termos gráficos podemos visualizar a estrutura do balanço na figura seguinte.

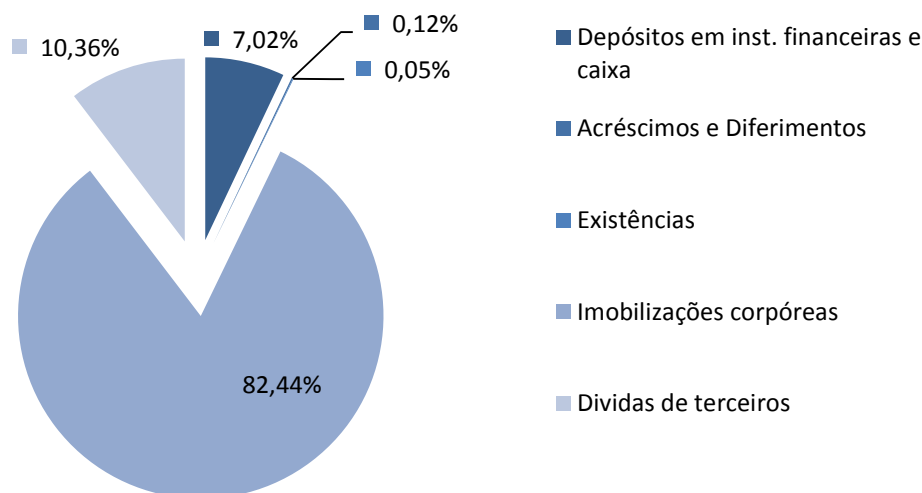


Todas as rubricas do ativo estão valorizadas pelo custo de aquisição (Princípio do Custo Histórico) e os mais antigos sem qualquer tipo de registos, pela avaliação feita por um técnico da Repartição de Finanças de Vila Real aquando da regularização do Património da UTAD. Os Fundos Próprios devem-se a resultados acumulados de anos anteriores, investimentos em edifícios e equipamento básico e Administrativo.

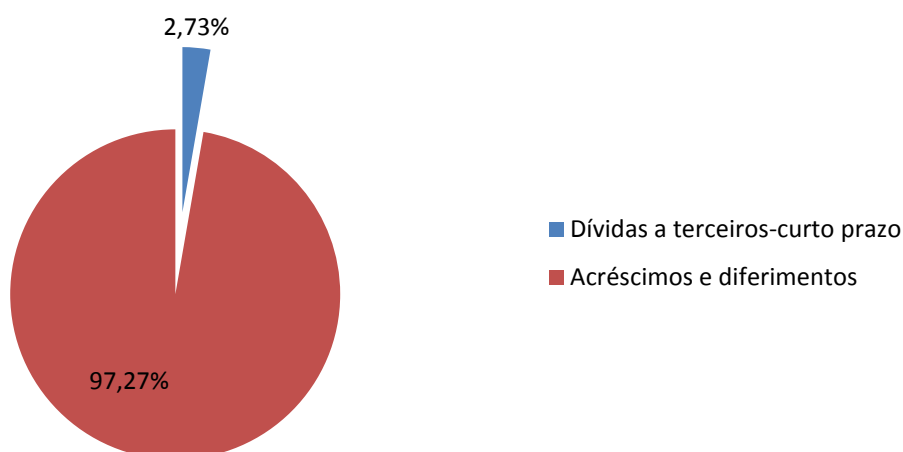
Estrutura do Ativo	2012		2011	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Depósitos em inst. financeiras e caixa	2.862.964,08	7,0%	1.702.105,47	4,3%
Acréscimos e Diferimentos	49.663,19	0,1%	1.800,84	0,0%
Existências	19.599,63	0,0%	21.514,83	0,1%
Imobilizações corpóreas	33.600.990,40	82,4%	34.462.927,03	86,3%
Dívidas de terceiros	4.223.068,96	10,4%	3.726.378,09	9,3%
Total	40.756.286,26	100%	39.914.726,26	100%

Estrutura do Passivo	2012		2011	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Dívidas a terceiros-curto prazo	425.632,15	2,7%	1.504.532,28	11,2%
Acréscimos e diferimentos	15.164.446,55	97,3%	11.952.113,04	88,8%
Total	15.590.078,70	100%	13.456.645,32	100%

Ativo



Passivo



Analisando alguns aspetos do Balanço, podemos constatar que em 2012 o investimento global aumentou cerca de 1.709.800 euros, essencialmente, no equipamento básico destinado ao apetrechamento do edifício dos Blocos de laboratório. O investimento em curso em 2011 limita-se apenas ao referido apetrechamento, financiado pelo PIDDAC e QREN/POVT.

No que respeita a equipamento informático (redes informáticas, controle de acessos e videovigilância) básico e administrativo, salienta-se o esforço continuado na manutenção e conservação dos equipamentos, com o objetivo de manter a qualidade e quantidade dos recursos disponíveis, traduzidos num incremento da capacidade funcional das Escolas/Departamentos e Serviços, contribuindo assim para manter os requisitos exigidos pela qualidade do ensino, investigação e prestação de serviços à comunidade.

Quanto ao Capital Circulante, verificou-se um aumento das dívidas de terceiros a curto prazo e um aumento das disponibilidades, nomeadamente de depósitos à ordem em instituições financeiras e Direcção-Geral do Tesouro. Estas disponibilidades são referentes ao empreendimento em curso (PIDDAC) e projetos/centros de investigação.

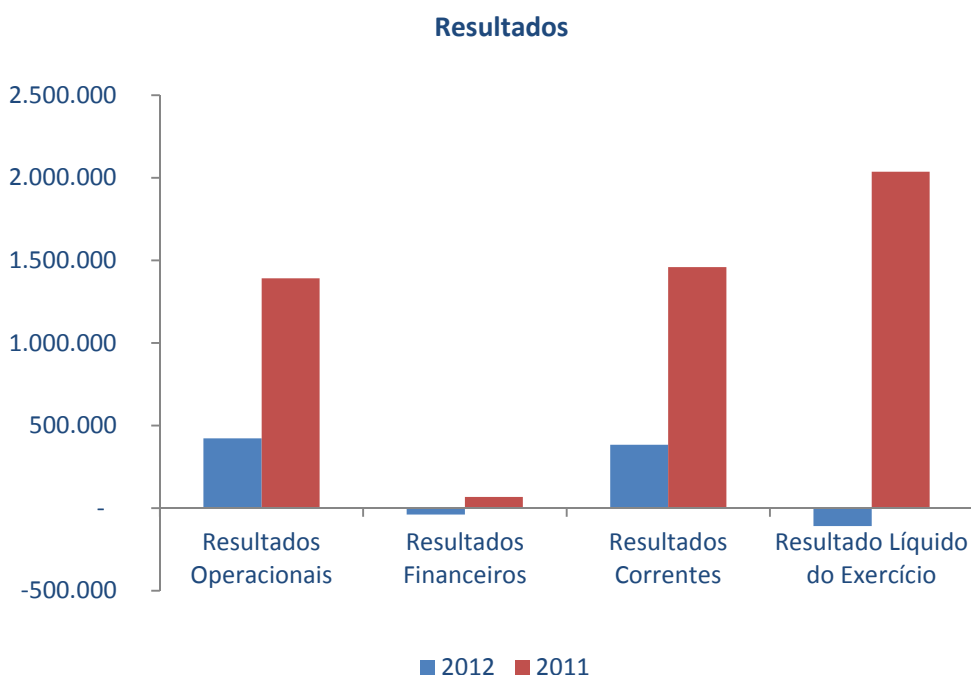
As Dívidas de Terceiros – curto prazo passaram de 3.726.378,09 euros em 2011, para 4.223.068,96 euros em 2012, o que representa um acréscimo em relação ao ano anterior. Esta variação deve-se essencialmente ao aumento do valor de doutoramentos que, apesar do esforço mantido pela UTAD em recuperar estas dívidas, tem-se mantido difícil receber estes montantes.

As Dívidas a Terceiros – curto prazo, passaram de 1.504.532,28 euros em 2011, para 425.632,15 euros em 2012, o que representa um decréscimo significativo em relação ao ano anterior. De referir que, pela primeira vez, a UTAD transitou sem dívidas a Fornecedores Conta Corrente e de Imobilizado.

3.2 Análise aos Resultados

O Resultado Líquido do exercício é negativo, no montante de -108.416,45 euros, muito inferior ao do ano anterior (2.038.640,83 euros), sendo a diminuição devido, essencialmente, à redução do montante de transferências do Orçamento de Estado e subsídios correntes, bem como à constituição de provisões para cobranças duvidosas.

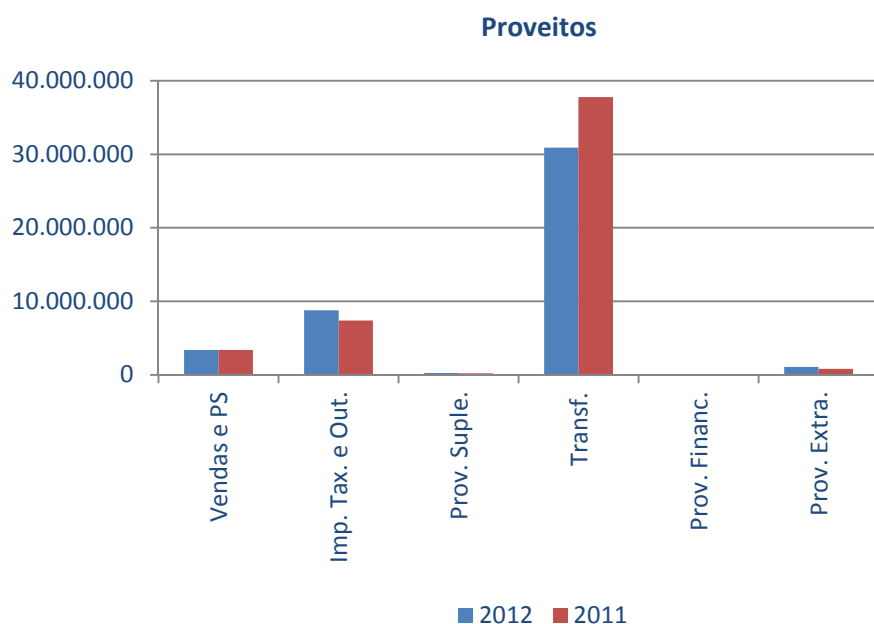
Pode-se afirmar que a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Serviços de Ação Social, no conjunto de todos os tipos de orçamentos, não apresentam resultados negativos, mas a sua capacidade de gerar melhores resultados não é a mais favorável, em virtude de estes dependerem em grande parte do Orçamento atribuído pelo Estado.



3.3 Estrutura de Proveitos

Da análise aos proveitos, podemos desde logo constatar a diminuição na ordem dos 10%. A diminuição dos proveitos é justificada principalmente pela diminuição das transferências e outros subsídios correntes que é a principal rubrica de proveitos representando, em 2012, cerca de 70% do total dos proveitos.

Proveitos e Ganhos	2012		2011		Variação	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)	Absoluta	%
Vendas e Serviços Externos	3.398.262,13	7,7%	3.392.697,06	7,6%	5.565,07	0,2%
Impostos, Taxas e outros	8.772.137,99	19,8%	7.388.100,53	16,6%	1.384.037,46	18,7%
Proveitos Suplementares	222.319,68	0,5%	191.373,89	0,4%	30.945,79	16,2%
Transferências e Outros subsídios Correntes	30.926.483,78	69,6%	37.790.111,28	84,9%	(6.863.627,50)	(18,2%)
Proveitos Operacionais	43.319.203,58	97,6%	48.762.282,76	98,2%	(5.443.079,18)	(11,2%)
Proveitos e Ganhos Financeiros	17.730,15	0,0%	84.517,59	0,2%	(66.787,44)	(79,0%)
Proveitos Operacionais e Financeiros	43.336.933,73	97,6%	48.846.800,35	98,4%	(5.509.866,62)	(11,3%)
Proveitos e ganhos extraordinários	1.069.490,00	2,4%	798.063,31	1,8%	271.426,69	34,0%
Total de Proveitos	44.406.423,73		49.644.863,66		(5.238.439,93)	(10,6%)



As “Transferências e outros subsídios correntes” sofreram uma diminuição de 6.863.627,50 euros decorrente da diminuição do Orçamento de Estado em 7.543.713,04 euros. Esta diminuição foi acompanhada pela diminuição dos custos com pessoal em 3.635.493 euros.

As Vendas e as Prestações de Serviços ascenderam, em 2012, a 3.398.262,13 euros (3.392.697,06 euros em 2011). O aumento verificado em 2012 deve-se à variação positiva ocorrida em Prestações de Serviços. A principal proveniência destas receitas, tem a sua origem na venda de produtos agrícolas e silvícolas, realização de estudos, projetos e assistência tecnológica, prestação de serviços informáticos, realização de conferências, Workshops, seminários, colaboração docente e prestação de serviços de alimentação.

Os proveitos relativos a Taxas e Emolumentos aumentaram, devido, essencialmente, ao aumento dos alunos das licenciaturas, mestrados e doutoramentos desde o ano letivo de 2009/2010.

Ano letivo	Número Estudantes
2008/09	6.825
2009/10	7.171
2010/11	7.531
2011/12	7.490
2012/13	7.264

As receitas da atividade relacionada com centros e projetos de investigação e desenvolvimento continuam a contribuir de forma decisiva para o crescimento global da atividade da UTAD.

Os proveitos e ganhos extraordinários incluem em 2012, essencialmente, a redução de provisões (606.327,87 euros) e a amortização dos subsídios ao investimento (442.065,11 euros). O aumento verificado em 2012 está relacionado com o registo da diminuição das provisões de cobrança duvidosa. Esta diminuição ocorreu consequência da regularização das dívidas provisionadas relativas a alunos de anos letivos anteriores a 2009/2010. A redução das provisões tem como contrapartida o registo das dívidas incobráveis na rubrica de custos extraordinários.

3.4 Estrutura de Custos

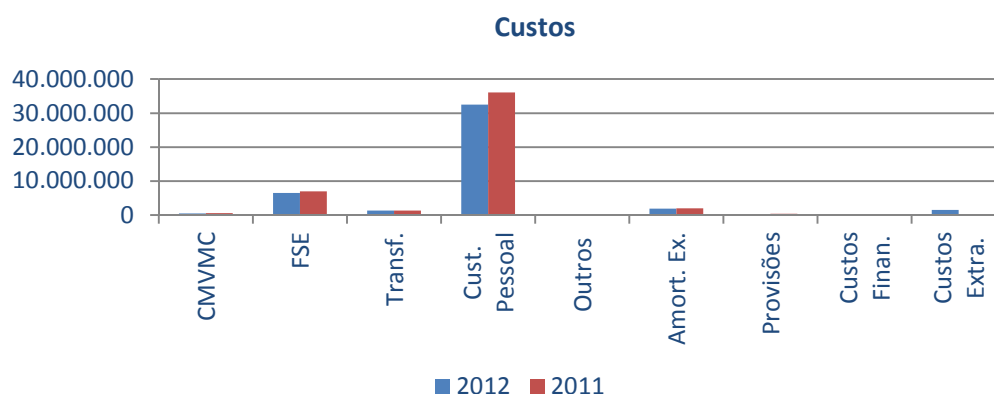
Em 2012 a estrutura de custos manteve-se muito semelhante à do ano anterior verificando-se que os custos com pessoal continuam a ter um peso significativo, 73%.

Custos e perdas	2012		2011		Variação	
	Valor (€)	Peso (%)	Valor (€)	Peso (%)	Absoluta	%
Custo merc. vendas matérias cons.	510.958,85	1,1%	554.959,91	1,2%	(44.001,06)	(7,9%)
Fornecimentos e serviços externos	6.482.888,64	14,6%	6.990.076,10	14,7%	(507.187,46)	(7,3%)
Transf.correntes conc. e prest.sociais	1.301.014,34	2,9%	1.297.004,81	2,7%	4.009,53	0,3%
Custos com Pessoal	32.472.836,67	72,9%	36.108.329,67	75,8%	(3.635.493,00)	(10,1%)
Outros custos e perdas operacionais	67.465,48	0,2%	82.077,49	0,2%	(14.612,01)	(17,8%)
Amortizações do exercício	1.937.155,17	4,4%	1.982.583,34	4,2%	(45.428,17)	(2,3%)
Provisões do exercício	124.446,38	0,3%	355.653,05	0,7%	(231.206,67)	(65,0%)
Custos Operacionais	42.896.765,53	96,4%	47.370.684,37	99,5%	(4.473.918,84)	(9,4%)
Custos e perdas financeiros	56.397,67	0,1%	16.014,48	0,0%	40.383,19	252,2%
Custos Operacionais e Financeiros	42.953.163,20	96,5%	47.386.698,85	99,5%	(4.433.535,65)	(9,4%)
Custos e perdas extraordinários	1.561.676,98	3,5%	219.523,98	0,5%	1.342.153,00	611,4%
Total de Custos	44.514.840,18		47.606.222,83		(3.091.382,65)	(6,5%)

A redução dos custos, na ordem dos 7%, foi impulsionada por uma redução global de praticamente todas as rubricas com especial destaque para a rubrica de Custos com pessoal devido essencialmente às despesas com pessoal, encargos sociais. O fator que mais contribuiu para esta diminuição foi o corte nas remunerações certas e permanentes.

Uma grande parte das Remunerações e Encargos Sociais com pessoal foram suportadas pelo Orçamento do Estado. O que ficou por suportar foi compensado pelas Receitas Próprias.

Conforme referido atrás, os custos extraordinários aumentaram significativamente em 2012 decorrente do registo das dívidas incobráveis de alunos.



4 – Demonstrações Financeiras

4.1 Balanço

Código das Contas POCE	ATIVO	Exercícios			2011 AL
		AB	2012 AP	AL	
	Imobilizado				
	Imobilizações incorpóreas				
432	Despesas de Invest. E Desenvolvimento	2.319,41	2.319,41	-	-
433	Propriedade ind. E outros direitos	361,87	361,87	-	-
431	Despesas de Instalação	35.131,91	35.131,91	-	-
		37.813,19	37.813,19	-	-
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	879.964,41	-	879.964,41	879.964,41
422	Edifícios e outras construções	36.859.903,33	7.861.708,65	28.998.194,68	23.203.318,88
423	Equipamento e material básico	24.818.761,83	22.181.885,07	2.636.876,76	2.871.535,05
424	Equipamento de transporte	56.552,88	56.552,88	-	-
425	Ferramentas e Utensílios	83.449,04	81.282,23	2.166,81	2.731,43
426	Equipamento administrativo	5.516.794,83	5.414.684,25	102.110,58	167.615,01
429	Outras imobilizações corpóreas	1.137.613,57	155.936,41	981.677,16	966.354,53
442	Imob. em curso de imob. Corpóreas	-	-	-	6.371.407,71
448	Adiant. p/ conta de Imob. Corpóreas	-	-	-	0,01
		69.353.039,89	35.752.049,49	33.600.990,40	34.462.927,03
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias Primas e Subsidiárias	19.599,63	-	19.599,63	21.514,83
		19.599,63	-	19.599,63	21.514,83

Código das Contas POCE	ATIVO	Exercícios			
		2012		2011	
		AB	AP	AL	AL
	Dívidas de terceiros-curto prazo				
211	Clientes c/c	917.600,25	8.704,50	908.895,75	1.194.745,47
212	Alunos c/c	2.989.975,23	-	2.989.975,23	2.327.959,52
218	Clientes, alunos cobrança duvidosa	1.129.605,66	1.129.605,66	-	-
229	Adiantamentos a fornecedores	8.954,58	-	8.954,58	-
24	Estado e outros entes públicos	311.375,50	-	311.375,50	128.056,91
26	Outros devedores	23.801,82	17.500,00	6.301,82	75.616,19
		5.381.313,04	1.155.810,16	4.225.502,88	3.726.378,09
	Depósitos em inst. financeiras e caixa				
13	Contas no tesouro	2.431.390,15	-	2.431.390,15	1.281.615,37
12	Depósito em instituições financeiras	424.520,94	-	424.520,94	418.606,27
11	Caixa	4.619,07	-	4.619,07	1.883,83
		2.860.530,16	-	2.860.530,16	1.702.105,47
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	41.940,35	-	41.940,35	-
272	Custos Diferidos	7.722,84	-	7.722,84	1.800,84
		49.663,19	-	49.663,19	1.800,84
	<i>Total das amortizações</i>		35.789.862,68		
	<i>Total de provisões</i>		1.155.810,16		
	Total do ativo	77.701.959,10	36.945.672,84	40.756.286,26	39.914.726,26

Código das Contas POCE	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2012	2011
	Fundos próprios		
51	Património	21.155.225,22	21.155.225,22
		21.155.225,22	21.155.225,22
571 a 574	Reservas		
575	Subsídios	19.877,10	19.877,10
576	Doações	(9.229,66)	(52.099,54)
		10.647,44	(32.222,44)
59	Resultados transitados	4.108.751,35	3.296.437,33
88	Resultado líquido do exercício	(108.416,45)	2.038.640,83
		4.000.334,90	5.335.078,16
	Total dos fundos próprios	25.166.207,56	26.458.080,94
	Passivo		
	Dívidas a terceiros-curto prazo		
221	Fornecedores c/c	46.395,54	653.594,67
261	Fornecedores de Imobilizado	3.671,43	80.817,58
24	Estado e outros entes públicos	370.342,53	654.744,50
	Outros credores	5.222,65	115.375,53
		425.632,15	1.504.532,28
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de Custos	3.065.424,04	2.920.069,21
274	Proveitos diferidos	12.099.022,51	9.032.043,83
		15.164.446,55	11.952.113,04
	Total do passivo	15.590.078,70	13.470.179,23
	Total dos fundos próprios e do passivo	40.756.286,26	39.914.726,26

4.2 Demonstração de Resultados

Código das Contas POCF	CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
		2012		2011	
61	Custo merc. vendidas matérias consumidas				
	Mercadorias	-		554.959,91	
	Matérias	510.958,85	510.958,85	-	554.959,91
62	Fornecimentos e serviços externos	6.482.888,64		6.990.076,10	
	Custos com pessoal				
641+642	Remunerações	27.450.219,56		30.521.665,08	
643 a 648	Encargos sociais	5.022.617,11		5.586.664,59	
63	Transf.correntes conc. e prest.sociais	1.301.014,34	40.767.698,50	1.297.004,81	44.950.370,49
66	Amortizações do exercício	1.937.155,17		1.982.583,34	
67	Provisões do exercício	124.446,38	2.061.601,55	355.653,05	2.338.236,39
65	Outros custos e perdas operacionais	67.465,48	67.465,48	82.077,49	82.077,49
	(A)		42.896.765,53		47.370.684,37
68	Custos e perdas financeiras		56.397,67		16.014,48
	(C)		42.953.163,20		47.386.698,85
69	Custos e perdas extraordinários		1.561.676,98		219.523,98
	(E)		44.514.840,18		47.606.222,83
	Resultado líquido do exercício		(108.416,45)		2.038.640,83
			44.406.423,73		49.644.863,66

Código das Contas POCF	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios			
		2012		2011	
711	Vendas	288.755,88		447.272,46	
712	Prestação de serviços	3.109.506,25	3.398.262,13	2.945.424,60	3.392.697,06
72	Impostos e taxas	8.772.137,99		7.388.100,53	
73	Proveitos suplementares	222.319,68		191.373,89	
	Transferências e subsídios correntes obtidos				
741	Transferências - tesouro	-		-	
742+743	Outras	30.926.483,78		37.790.111,28	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	-	39.920.941,45	-	45.369.585,70
	(B)		43.319.203,58		48.762.282,76
78	Proveitos e ganhos financeiros		17.730,15		84.517,59
	(D)		43.336.933,73		48.846.800,35
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1.069.490,00		798.063,31
	(F)		44.406.423,73		49.644.863,66
Resumo:					
Resultados Operacionais: (B)-(A)=			422.438,05		1.391.598,39
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)=			(38.667,52)		68.503,11
Resultados Correntes: (D)-(C)=			383.770,53		1.460.101,50
Resultado Líquido do Exercício: (F)-(E)=			(108.416,45)		2.038.640,83

4.3 Fluxos de Caixa

Código			Recebimentos			
Capº	Grupo	Artº		Fonte		
				Fin.		
			SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR			
			Execução Orçamental - Fundos Próprios			
16	01	01	De dotações orçamentais (OE, OR e PIDDAC)	311	1.404,49	
			De Receitas Próprias:	319	63.500,91	
			Na posse do Serviço:	412	612.422,25	
				442	244.332,42	
				451	11.313,39	
				480	411.474,20	
				510	(126.119,88)	
			De Investimentos do Plano			
			Na posse do serviço:	311	182.528,52	
				312	8.699,35	
				413	892,27	1.410.447,92
			De receita do Estado		456.717,34	
			De operações de tesouraria		(165.059,79)	291.657,55
			Descontos em Vencimentos e Salários			
			De receita do Estado		452.999,48	
			I - Total do Saldo de Gerência na posse do serviço			1.702.105,47
			Receitas de fundos próprios			
			Dotações orçamentais (OE)			
06	03	01A0	Correntes	311	26.284.862,96	
06	03	01A0	Propinas Alunos de Cabo Verde	311	0,00	
10	03	01A0	Capital	311	0,00	26.284.862,96
			Receitas próprias			
			Correntes			
04	01	22	Propinas	510	7.408.985,91	
04	01	99	Taxas Diversas	510	847.265,96	
04	02	99	Multas e Penalidades Diversas	510	3.099,50	
05	02	01	Bancos e Outras Instituições de Financiamento	510	2.466,65	
06	01	02	Privadas	510	33.847,92	
06	02	01	Bancos e Outras Instituições Financeira	510	96.750,00	
06	05	01B0	Municípios	510	1.250,00	
07	01	03	Publicações e Impressos	510	59.416,12	
07	01	06	Produtos Agrícolas e Pecuários	510	76.597,39	
07	01	99	Outros	510	328,50	
07	02	01	Aluguer de Espaços e Equipamentos	510	10.886,11	

Capº	Código		Recebimentos			
	Grupo	Artº				
07	02	05	Atividades de Saúde	510	1.013,50	
07	02	07	Alimentação e Alojamento	510	1.506.489,15	
07	02	99	Outros - Serviços	510	2.344.262,91	
07	03	01	Habitações	510	239,92	
07	03	99	Outras	510	147.679,24	
08	01	99	Outras	510	66.622,64	
15	01	01	Guias de Reposição não Abatidas nos Pagamentos	510	3.085,36	12.610.286,78
			Origem e Aplicação Outras Receitas			
			Transferências Correntes			
06	03	00	Administração Pública			
06	01	02	Privadas	412	545.735,25	
06	03	115216	IFDR	412	322.364,91	
06	03	115266	IAPMEI	412	1.872,79	
06	03	115298	FCT	412	467.296,17	
06	03	115308	UBI	412	16.366,53	
06	03	115326	Uminho	412	3.000,00	
06	03	115372	IPB	412	39.205,25	
06	03	115374	IPCB	412	5.307,07	
06	03	115685	CCDRN	412	5.445,52	
06	03	115736	IFAP	412	850.863,51	
06	07	01	Instituições s/ Fins Lucrativos	412	189.334,04	
15	01	1	Guias de Reposição n/ Abatidas	412	185,20	2.446.976,24
06	01	02	Privadas	414	7.739,94	
06	03	115216	IFDR	414	85.895,71	
06	03	115266	IAPMEI	414	37.214,62	130.850,27
06	06	03	Financiamento Comunitário em Projetos-cofinanciados	442	22.763,31	22.763,31
06	03	115736	IFAP	452	29.018,01	
16	01	01	Guias de Reposição não Abatidas nos Pagamentos	452	0,00	29.018,01
06	03	115736	IFAP	462	10.250,94	
16	01	01	Guias de Reposição não Abatidas nos Pagamentos	462	0,00	10.250,94

Capº	Código		Recebimentos			
	Grupo	Artº				
06	09	01	União Europeia - Instituições	480	85.053,74	
06	09	01A0	Exterior - Projetos	480	463.764,40	
15	01	01	Reposição não Abatidas nos Pagamentos	480	1.674,40	550.492,54
06	01	02	Privadas	319	19.238,24	
06	03	115298	FCT	319	323.109,64	
06	03	075306	Universidade do Algarve	319	8.355,40	
06	03	075309	Universidade de Coimbra	319	11.547,85	
06	03	0753341 15308	UNL - IHMT	319	1.405,76	
06	03	075353	IST	319	47.698,13	
06	03	075355	ISA	319	41.001,34	
06	03	075356	UL - FMVL	319	4.884,18	
06	03	075374	IPCB	319	2.500,00	
06	03	075736	IFAP	319	5.203,97	
06	03	075751	INRB	319	18.823,41	
06	03	075765	IGOT	319	8.801,57	
06	07	01	Instituições s/Fins Lucrativos	319	38.186,30	
10	03	085298	FCT	319	1.115.230,69	
10	03	095299	FCT	319	320.184,50	
15	01	01	Reposições n/Abatidas nos Pagamentos	319	300,00	1.966.470,98
			Receitas de Investimentos do Plano - 158041401			
06	03	00	Administração Central			
10	03	06A0	MCTES	311	65.081,00	
		06A0	MCTES	312	455.543,00	520.624,00
06	09	01	Exterior - União Europeia - Instituições	413	0,00	
10	09	01	União Europeia - Instituições	413	149.965,43	149.965,43
			II - Total das Receitas dos Fundos Próprios			44.722.561,46
			III - Total Recebido do Tesouro enc/ receitas Próprias			0,00
			IV - Total de Recebimentos do Exercício (I+II+III)			46.424.666,93

Código			Recebimentos			
Capº	Grupo	Artº				
			Importâncias Retidas para Entregar ao Estado ou outras Entidades			
			Receitas do Estado		5.874.145,49	
			Operações de Tesouraria		6.119.944,51	11.994.090,00
			V - Total das Retenções de Fundos Alheios			11.994.090,00
			Descontos em Vencimentos e Salários:			
17	01		Receita do Estado		5.746.240,30	
17	02		Operações de Tesouraria		4.696.551,63	
			Total Geral Mapa Fluxos de Caixa (IV+V)			58.418.756,93

Código			Despesas			
Capº	Grupo	Artº				
				F.Fin.		
			Despesas Orçamentais (OE)			
			Correntes			
01	01	02	Órgãos Sociais			
01	01	03	Pessoal dos Quadros - Regime da Função Pública	311	15.051.243,31	
01	01	05	Pessoal além dos quadros	311	5.267.035,69	
01	01	08	Pessoal aguardando aposentação	311	23.347,79	
01	01	09	Pessoal em qualquer Situação	311	638.066,23	
01	01	10	Gratificações	311	5.238,72	
01	01	13	Subsídio do Refeição	311	856.860,90	
01	01	14	Subsídio de Férias e de Natal	311	393.638,85	
01	01	15	Remunerações por Doença e Maternidade	311	237.849,75	
01	02	02	Horas Extraordinárias	311	27.599,59	
01	02	04	Ajudas de Custo	311	2.128,56	
01	02	05	Abono Para Falhas	311	1.984,67	
01	02	11	Subsídio de Turno	311	4.061,75	
01	02	14	Outros Abonos em Numerário e Espécie	311	19.930,84	
01	03	01B000	Encargos com a Saúde	311	505.454,79	
01	03	03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	311	55.808,49	
01	03	05A0A0	Contribuições para a Caixa Geral Aposentações	311	2.838.317,35	
01	03	05A0B0	Contribuições para a segurança social	311	331.268,65	
01	03	08	Outras pensões	311	799,99	
02	01	01	Matérias - primas e subsidiárias	311	0,00	
02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	311	178,30	
02	01	04	Limpeza e higiene	311	37,45	

Capº	Código		Despesas			
	Grupo	Artº				
02	01	07	Vestuário e artigos pessoais	311	91,07	
02	01	08	Material de escritório	311	4.833,60	
02	01	09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	311	0,00	
02	01	11	Material de Consumo Clínico	311	0,00	
02	01	12	Material de transportes - peças	311	97,00	
02	01	14	Outro Material - Peças	311	0,00	
02	01	15	Prêmios, Condecorações e Ofertas	311	0,00	
02	01	17	Ferramentas e utensílios	311	0,00	
02	01	18	Livros e documentação técnica	311	0,00	
02	01	20	Material de educação, cultura e recreio	311	0,00	
02	01	21	Outros bens	311	3.456,12	
02	02	01	Encargos das instalações	311	0,00	
02	02	03	Conservação de bens	311	443,07	
02	02	08	Locação de Outros Bens	311	0,00	
02	02	09A0	Comunicações - Acesso à Internet	311	0,00	
02	02	09D0	Comunicações Móveis	311	0,00	
02	02	09F0	Outros Serviços de Comunicações	311	0,00	
02	02	10	Transportes	311	629,22	
02	02	11	Representação dos serviços	311	519,35	
02	02	13	Deslocações e Estadas	311	532,75	
02	02	17	Publicidade	311	0,00	
02	02	19C000	Assistência técnica - Outros	311	0,00	
02	02	20B000	Outros trabalhos especializados - Outros	311	0,00	
02	02	25	Outros serviços	311	24,78	
03	06	01	Outros Encargos Bancários	311	4.111,81	
04	07	01	Instituições s/fins lucrativos	311	6.500,00	
04	08	02	Outras	311	3.000,00	26.285.090,44
			Despesas Orçamentais (OE)			
			Capital			
07	01	07B0B0	Equipamento de Informática	311	0,00	
07	01	08B0B0	Software informático	311	0,00	
07	01	09B0B0	Equipamento administrativo	311	0,00	
07	01	10B0B0	Equipamento básico	311	0,00	
07	01	11B0	Ferramentas e utensílios	311	0,00	0,00
			I - Total da Despesa por Conta do OE			26.285.090,44
			Despesa Orçamental com compensação em Receita própria			
			Fonte de Financiamento 412			
01	01	06	Pessoal Contratado a Prazo	412	23.397,04	
01	01	13	Subsídio de Refeição	412	1.097,39	
01	01	14	Subsídio de Férias e de Natal	412	52,00	
01	02	04	Ajudas de Custo	412	36.586,11	

Capº	Código		Despesas			
	Grupo	Artº				
01	02	07	Colaboração técnica e especializada	412	1.699,35	
01	03	01A0	Encargos com a saúde	412	126,30	
01	03	05A0B0	Contribuição para a Segurança Social	412	4.493,28	
01	03	05A0C0	Outras	412	23.398,30	
02	01	01	Matérias primas e subsidiárias	412	80.695,25	
02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	412	8.082,89	
02	01	04	Limpeza e Higiene	412	78,60	
02	01	07	Vestuário e Artigos Pessoais	412	0,00	
02	01	08	Material de escritório	412	3.308,25	
02	01	09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	412	144,84	
02	01	11	Material de Consumo Clínico	412	0,00	
02	01	12	Material de Transportes - Peças	412	0,00	
02	01	14	Outro Material - Peças	412	0,00	
02	01	15	Prémios, Condecorações e Ofertas	412	0,00	
02	01	17	Ferramentas e utensílios	412	34.966,67	
02	01	18	Livros e Documentação Técnica	412	0,00	
02	01	20	Material de educação, cultura e recreio	412	1.469,33	
02	01	21	Outros bens	412	33.917,07	
02	02	01	Encargos das Instalações	412	60.836,55	
02	02	03	Conservação de bens	412	27.258,44	
02	02	05A0	Locação de Material de Informática - Hardware	412	630,00	
02	02	05C0	Locação de Material de Informática - Outros	412	300,00	
02	02	06	Locação de Material de Transporte	412	196,80	
02	02	08	Locação de Outros Bens	412	13.252,55	
02	02	09A0	Comunicações - Acesso à Internet	412	82,78	
02	02	09D0	Comunicações Moveis	412	538,00	
02	02	09F0	Outros Serviços de Comunicação	412	364,32	
02	02	10	Transportes	412	53.494,54	
02	02	11	Representação dos serviços	412	14.121,80	
02	02	12B0	Seguros - Outros	412	993,20	
02	02	13	Deslocações e Estadas	412	10.102,49	
02	02	14A000	Serviços de Natureza Informática	412	0,00	
02	02	14B000	Outros	412	0,00	
02	02	15B000	Formação - Outras	412	150,00	
02	02	16	Seminários, exposições e similares	412	24.335,87	
02	02	17	Publicidade	412	39.908,57	
02	02	19C000	Assistência técnica - Outros	412	0,00	
02	02	20A000	Outros trabalhos especializados - Serv. Nat. Inform.	412	2.297,66	
02	02	20C000	Outros trabalhos especializados - Outros	412	106.719,16	
02	02	25	Outros serviços	412	100.679,29	
04	01	02	Privadas	412	800,00	
04	03	095312	Universidade de Évora	412	2.991,35	

Capº	Código		Despesas			
	Grupo	Artº				
04	03	095335	UNL - ITQB	412	264,00	
04	03	095353	IST	412	1.200,00	
04	03	095751	INRB	412	16.685,30	
04	07	01	Instituições s/ Fins Lucrativos	412	24.722,46	
04	08	01	Empresário em Nome Individual	412	442.931,47	
04	08	02	Outras	412	0,00	
06	02	03	Outras	412	48.602,58	1.247.971,85
			Capital			
07	01	07B0B0	Equipamento de Informática	412	43.415,89	
07	01	08B0B0	Software	412	0,00	
07	01	09B0B0	Equipamento Administrativo	412	0,00	
07	01	10B0B0	Equipamento Básico	412	572.328,92	
07	01	11B0	Ferramentas e Utensílios	412	699,00	616.443,81
			Total Fonte de Fin. 412 - Progr. 002 - Med. 005			1.864.415,66
02	02	01	Encargos das Instalações	414	51.896,79	
02	02	03	Conservação de Bens	414	39,71	
02	02	08	Locação de Outros Bens	414	1.649,15	
02	02	10	Transportes	414	48,72	
02	02	25	Outros serviços	414	7.528,20	
02	02	20	Material de educação, cultura e recreio	414	0,00	
			Total Fonte de Financiamento 414			61.162,57
02	01	08	Material de escritório	442	1.346,19	
02	01	20	Material de educação, cultura e recreio	442	28,35	
02	02	01	Encargos das Instalações	442	270,06	
02	02	05	Locação de Material de Informática - Outros	442	1.439,10	
02	02	09C0	Comunicações fixas de voz	442	72,86	
02	02	10	Transportes	442	165,20	
02	02	25	Outros Serviços	442	36.869,80	
06	02	03	Outras	442	0,00	40.191,56
			Total Fonte de Financiamento 442			40.191,56
01	02	04	Ajudas de Custo	451	812,56	
01	03	06	Acidentes em Serviço	451	92,14	
02	01	01	Matérias primas e subsidiárias	451	0,00	
02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	451	6.461,50	
02	02	10	Transportes	451	813,95	
02	02	11	Representação dos Serviços	451	812,65	
02	02	12	Seguros	451	0,00	
02	02	13	Deslocações e Estadas	451	378,50	

Capº	Código		Despesas			
	Grupo	Artº				
02	02	25	Outros serviços	451	1.084,61	
03	06	01	Outros Encargos Financeiros	451	807,36	
06	02	03	Outras	451	0,00	11.263,27
			Total Fonte de Financiamento 451			11.263,27
01	02	04	Ajudas de Custo	452	585,91	
02	01	01	Matérias primas e subsidiárias	452	0,00	
02	02	10	Transportes	452	244,80	
02	02	12B000	Seguros-Outros	452	0,00	
04	08	01	Empresário em Nome individual	452	5.562,52	
07	01	11B0	Ferramentas e Utensílios	452	0,00	6.393,23
			Total Fonte de Financiamento 452			6.393,23
01	02	04	Ajudas de Custo	462	20,83	
02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	462	533,83	
02	01	08	Material de escritório	462	49,51	
02	01	21	Outros bens	462	675,86	
02	02	03	Conservação de Bens	462	578,10	
02	02	10	Transportes	462	68,77	
02	02	13	Deslocações e Estadas	462	139,80	
02	02	17	Publicidade	462	228,31	
02	02	19C000	Assistência técnica - Outros	462	1.845,00	
04	07	01	Instituições s/ Fins Lucrativos	462	2.407,91	6.547,92
			Total Fonte de Financiamento 462			6.547,92
01	01	06	Pessoal Contratado a Termo Certo	480	8.734,80	
01	01	13	Subsídio de Refeição	480	354,41	
01	01	14	Subsídio de Férias e de Natal	480	1.322,70	
01	02	04	Ajudas de Custo	480	3.886,67	
			Cultura e Recreio		14.298,58	28.275.064,65
01	03	05A0B0	Segurança Social	480	1.947,86	
01	03	08	Outras Pensões	480	3.411,15	
02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	480	6.082,78	
02	01	08	Material de escritório	480	1.452,24	
02	01	15	Prémios, Condecorações e Ofertas	480	580,40	
02	01	17	Ferramentas e utensílios	480	0,00	
02	01	20	Material de Educação, Cultura e recreio	480	156,70	
02	01	21	Outros bens	480	715,11	
02	02	01	Encargos das Instalações	480	19.283,54	
02	02	03	Conservação de bens	480	0,00	

Capº	Código		Despesas			
	Grupo	Artº				
02	02	08	Locação de outros bens	480	1.210,16	
02	02	09A0	Comunicações Fixas de dados	480	42,30	
02	02	09C0	Comunicações Fixas de voz	480	1.230,13	
02	02	09D0	Comunicações Móveis	480	143,23	
02	02	09F0	Outros Serviços de Comunicação	480	29,64	
02	02	10	Transportes	480	4.460,96	
02	02	11	Representação dos Serviços	480	1.916,70	
02	02	12B0	Seguros	480	59,16	
02	02	13	Deslocações e Estadas	480	2.007,76	
02	02	14B000	Outras	480	41.328,00	
02	02	15B000	Formação - Outras	480	800,00	
02	02	16	Seminários, exposições e similares	480	352,00	
02	02	17	Publicidade	480	109,19	
02	02	19C0	Assistência Técnica - Outros	480	0,00	
02	02	20C000	Outros trabalhos especializados - Outros	480	1.165,68	
02	02	25	Outros serviços	480	9.077,75	
03	06	01	Outros Encargos Financeiros	480	10.166,59	
04	08	01	Empresário em Nome Individual	480	7.840,00	
04	08	02	Outras	480	269.208,80	
06	02	03	Outras	480	11.697,60	410.774,01
			Capital			
07	01	07B0B0	Equipamento Informático	480	9.362,62	
07	01	09B0B0	Equipamento Administrativo	480	0,00	
07	01	10B0B0	Equipamento básico	480	36.452,28	45.814,90
			Total Fonte de Financiamento 480			456.588,91
			Despesa Orçamental com compensação em Receita própria			
			Correntes			
01	01	03	Pessoal dos Quadros - Regime de F. Pública	510	2.856.340,47	
01	01	05	Pessoal Além dos Quadros	510	875.408,32	
01	01	06	Pessoal contratado a termo	510	90.652,12	
01	01	07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	510	9.400,00	
01	01	08	Pessoal Aguardando Aposentação	510	770,32	
01	01	09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	510	1.223,67	
01	01	11	Despesas de Representação	510	8.409,48	
01	01	13	Subsidio do Refeição	510	159.890,15	
01	01	14	Subsidio de Férias e de Natal	510	10.582,56	
01	01	15	Remunerações por Doença e Maternidade	510	38.878,20	
01	02	02	Horas Extraordinárias	510	9.268,07	
01	02	04	Ajudas de Custo	510	61.674,37	

Capº	Código		Despesas			
	Grupo	Artº				
01	02	05	Abono para Falhas	510	800,70	
01	02	14	Outros Abonos em Numerário e Espécie	510	105.476,64	
01	03	01A000	Contribuição da Entidade da Entidade Patronal	510	118.628,35	
01	03	03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	510	18.521,10	
01	03	05A0A0	Contribuições p/ a Caixa Geral Aposentações	510	566.100,96	
01	03	05A0B0	Contribuições para a segurança social	510	204.550,70	
01	03	05C000	Outras Contribuições	510	17.978,62	
01	03	06	Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais	510	11.500,49	
01	03	08	Outras Pensões	510	19.456,18	
02	01	01	Matérias primas e subsidiárias	510	156.754,77	
02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	510	79.478,93	
02	01	04	Limpeza e higiene	510	67.159,52	
02	01	05	Alimentação - Refeições Confeccionada	510	32.158,50	
02	01	06	Alimentação - Géneros para Confeccionar	510	553.393,02	
02	01	07	Vestuário e artigos pessoais	510	9.501,70	
02	01	08	Material de escritório	510	56.827,60	
02	01	09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	510	89.510,41	
02	01	11	Material de Consumo Clínico	510	1.667,06	
02	01	12	Material de transportes - peças	510	3.384,92	
02	01	14	Outro Material - Peças	510	1.337,44	
02	01	15	Prémios, condecorações e ofertas	510	13.733,23	
02	01	17	Ferramentas e utensílios	510	58.988,22	
02	01	18	Livros e Documentação Técnica	510	694,53	
02	01	20	Material de educação, cultura e recreio	510	21.777,22	
02	01	21	Outros bens	510	172.315,38	
02	02	01	Encargos das instalações	510	1.537.346,52	
02	02	02	Limpeza e higiene	510	390.498,75	
02	02	03	Conservação de bens	510	147.315,79	
02	02	04	Locação de edifícios	510	21.390,00	
02	02	05A0	Locação de Material Informático - Hardware	510	1.845,00	
02	02	05C0	Locação de Material Informático - Outros	510	64,72	
02	02	06	Locação de Material de Transporte	510	5.584,33	
02	02	08	Locação de outros bens	510	393.612,92	
02	02	09A0	Comunicações - Acesso Internet	510	1.711,60	
02	02	09B0	Comunicações Fixas de Dados	510	252,80	
02	02	09C0	Comunicações Fixas de Voz	510	40.572,06	
02	02	09D0	Comunicações Móveis	510	47.477,38	
02	02	09F0	Outros Serviços de Comunicação	510	20.753,01	
02	02	10	Transportes	510	146.912,80	
02	02	11	Representação dos serviços	510	16.351,05	
02	02	12	Seguros	510	21.381,68	
02	02	13	Deslocações e Estadas	510	20.602,82	

Capº	Código		Despesas			
	Grupo	Artº				
02	02	14A000	Serviços de natureza informática	510	19.680,00	
02	02	14B000	Outros	510	221.949,51	
02	02	15	Formação - Outras	510	8.595,96	
02	02	16	Seminários, exposições e similares	510	15.468,03	
02	02	17	Publicidade	510	61.567,63	
02	02	18	Vigilância e segurança	510	188.358,81	
02	02	19A0	Assistência técnica - Equipamento Informático	510	28.283,80	
02	02	19B0	Assistência técnica - Software Informático	510	85.726,57	
02	02	19C0	Assistência Técnica - Outros	510	82.058,96	
02	02	20A0	Outros trabalhos especializados	510	53.570,21	
02	02	20B0	Outros trabalhos especializados	510	347.350,25	
02	02	20C0	Outros trabalhos especializados - Outros	510	44.622,68	
02	02	25	Outros serviços	510	1.264.408,57	
03	06	01	Outros Encargos Financeiros	510	17.232,32	
04	07	00	Instituições s/fins lucrativos	540	70.000,00	
04	07	01	Instituições s/fins lucrativos	510	147.950,00	
04	08	01	Empresário em Nome Individual	510	105.373,89	
04	08	02B0	Outras	510	47.996,99	
06	02	01	Outros	510	34.503,89	
06	02	03	Outras	510	198.291,41	
07	01	03	Edifícios	510	2.855,35	
07	01	04B000	Construções Diversas	510	21.969,14	
07	01	07B0B0	Equipamento de Informática	510	78.633,66	
07	01	08B0B0	Software informático	510	2.464,92	
07	01	09B0B0	Equipamento administrativo	510	9.883,67	
07	01	10B0B0	Equipamento básico	510	108.964,50	
07	01	11B0	Ferramentas e utensílios	510	714,53	
07	01	15B0	Outros Investimentos	510	4.664,00	12.591.006,40
			Total Fonte de Financiamento 510			12.591.006,40
			Investimentos do Plano			
			Comparticipação Nacional/Outros - 311			
02	02	03	Conservação e Reparação	311	162.205,61	
07	01	03B0C0	Edifício - Construção	312	0,00	
07	01	10B0B0	Equipamento Básico	312	0,00	
07	01	03B0	Edifícios	413	90.938,28	
07	01	10B0B0	Equipamento Básico	413	0,00	253.143,89
01	01	06	Pessoal Contratado a Termo Certo	319	490.018,22	
01	01	13	Subsídio de Refeição	319	14.313,04	
01	01	14	Subsídio de Férias e de Natal	319	4.468,28	
01	02	04	Ajudas de Custo	319	31.649,16	
01	02	14	Outros Abonos em Numerário ou espécie	319	615,26	
01	03	01A000	Contribuição da Entidade da Entidade Patronal	319	7.109,48	
01	03	05A0A0	Contribuições p/ a Caixa Geral Aposentações	319	109.157,94	
01	03	05C000	Outras Contribuições	319	7.996,81	
01	03	08	Outras Pensões	319	21.668,46	
02	01	01	Matérias Primas e Subsidiárias	319	109.790,95	
02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	319	5.076,83	
02	01	04	Limpeza e Higiene	319	40,49	
02	01	07	Vestuários e Artigos Pessoais	319	72,00	

Capº	Código		Despesas			
	Grupo	Artº				
02	01	08	Material de escritório	319	19.010,76	
02	01	09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	319	1.653,56	
02	01	12	Material de transportes - peças	319	284,49	
02	01	17	Ferramentas e utensílios	319	75.159,24	
02	01	18	Livros e documentação técnica	319	0,00	
02	01	20	Material de educação, cultura e recreio	319	5.639,78	
02	01	21	Outros bens	319	19.354,67	
02	02	01	Encargos das Instalações	319	0,00	
02	02	03	Conservação de bens	319	41.992,08	
02	02	08	Locação de outros bens	319	2.546,73	
02	02	09B0	Comunicações Acesso à Internet	319	1.491,23	
02	02	09D0	Comunicações Móveis	319	25,00	
02	02	09F0	Outros Serviços de Comunicação	319	229,21	
02	02	10	Transportes	319	67.889,10	
02	02	11	Representação dos Serviços	319	590,10	
02	02	12B000	Seguros	319	367,06	
02	02	13	Deslocações e Estadas	319	23.134,27	
02	02	15	Formação	319	0,00	
02	02	16	Seminários, Exposições e Similares	319	20.323,52	
02	02	17	Publicidade	319	4.831,43	
02	02	19	Assistência Técnica	319	0,00	
02	02	20C0	Outros trabalhos especializados	319	46.417,49	
02	02	25	Outros serviços	319	32.574,25	
04	03	095353	IST	319	6.689,72	
04	03	095372	IPB	319	6.074,38	
04	03	095374	IPCB	319	4.043,59	
04	07	01	Instituições s/ Fins Lucrativos	319	16.011,79	
04	08	01	Empresário em Nome Individual	319	133.297,16	
04	08	02B000	Outras	319	19.340,00	
06	02	03	Outras	319	33.804,10	1.384.751,63
			Capital			
07	01	07B0B0	Equipamento informático	319	42.057,08	
07	01	08B0B0		319	174,44	
07	01	09B0B0	Equipamento Administrativo	319	658,05	
07	01	10B0B0	Equipamento Básico	319	66.405,26	
07	01	11B0	Ferramentas e Utensílios	319	90,00	109.384,83
			Total Fonte de Financiamento 319			1.494.136,46
			II - Total da Despesa por conta de Receitas próprias			43.069.940,31
			III - Total da Entrega ao Tesouro em conta			
			Receita Própria			0,00
			IV - Total de Pagamentos do Exercício (I+II+III)			43.069.940,31
			Importâncias Entregues ao Estado e outras entidades -			
			Fundos Alheios			
12	01		Receita do Estado		6.307.766,03	

Capº	Código		Despesas			
	Grupo	Artº				
12	02		Operações de Tesouraria		6.143.856,55	12.451.622,58
			V - Total das Despesas de Fundos Alheios			12.451.622,58
			Saldo para a gerência seguinte:			
			Execução Orçamental - Fundos Próprios:			
			De Dotações Orçamentais -O E			
			Fonte de Financiamento (OE)	311	1.177,01	
			De Receitas Próprias:			
			Na posse do Serviço:	319	535.835,43	
			Fonte de Financiamento	412	1.194.982,83	
			Fonte de Financiamento	414	69.687,70	
			Fonte de Financiamento	442	226.904,17	
			Fonte de Financiamento	451	50,12	
			Fonte de Financiamento	452	22.624,78	
			Fonte de Financiamento	462	3.703,02	
			Fonte de Financiamento	480	505.377,83	
			Fonte de Financiamento	510	-106.839,50	
			Investimentos de Plano			
			Fonte de Financiamento	311	85.403,91	
			Fonte de Financiamento	312	464.242,35	
			Fonte de Financiamento	413	59.919,42	
			Fonte de Financiamento	510	0,00	3.063.069,07
			De Receita do Estado - Fundos Alheios -		13.967,79	
			De Operações de Tesouraria - Fundos Alheios		(216.506,70)	(202.538,91)
			Descontos em vencimentos e Salários -			
			Retenção no Tesouro:			
			Receita do Estado		13.967,79	
			VI - Total Saldo Gerência na Posse do Serviço			2.860.530,16
			Descontos em vencimentos e Salários:			
			Retidos na fonte e considerados pagos			
			Receita do Estado		9.129,01	
			Operações de Tesouraria		27.534,87	36.663,88
			Total Geral Mapa Fluxos de Caixa (IV + V + VI)			58.418.756,93

4.4 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Introdução

Nas notas ao balanço e à demonstração dos resultados que apresentamos, damos conta das informações relevantes para melhor compreensão das demonstrações financeiras.

A partir do exercício de 2005, ano em que foram preparadas as primeiras demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC - Educação), aprovado pela Portaria 794/2000, de 20 de Setembro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação). As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à Entidade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

As entidades que foram incluídas no perímetro de consolidação mediante o método da simples integração são as seguintes:

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tem a sua sede na Quinta de Prados, apartado 1013, na cidade de Vila Real, com extensão na cidade de Chaves, sendo tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência e número de Pessoa Coletiva 501 345 361.

A Universidade é uma pessoa coletiva de direito público dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, podendo realizar ações com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, nomeadamente participando ou criando associações com ou sem fins lucrativos, tendo como limite as finalidades e interesse da Instituição.

Serviços de Ação Social da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Os Serviços de Ação Social têm a sua sede no Edifício do Codessais, na cidade de Vila Real e estão sob a Tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior e número de Pessoa Coletiva 600 039 366, sendo a presidência do Conselho de Ação Social e do Conselho Administrativo exercida pelo Reitor da UTAD.

Os SASUTAD são uma unidade orgânica da UTAD, dotada de autonomia administrativa e financeira, designada no artigo 88º, do Capítulo III, Título V, dos Estatutos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no Despacho Normativo n.º 63/2008, de 9 de Dezembro, com personalidade jurídica, Regulamento Orgânico e quadro de pessoal próprio.

1. Disposições do POC – Educação derogadas no exercício

Em todas as operações materialmente relevantes, não foram derogadas quaisquer disposições do POC – Educação.

2. Valores Comparativos

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2011 com a exceção das regularizações efetuadas no valor dos proveitos diferidos relacionados com subsídios ao investimento e com a especialização das propinas. Estas regularizações originaram uma diminuição dos Resultados Transitados detalhada da seguinte forma:

- Especialização de propinas: 866.787,35 euros;
- Subsídios ao investimento: (2.096.671,98) euros.

3. Bases de apresentação e principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos definidos no POC - Educação.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem essencialmente Despesas de Instalação, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 6 e 3 anos.

b) Imobilizações corpóreas

Os Terrenos e Recursos Naturais, Edifícios e Outras Construções adquiridos até 31 de Dezembro de 2012 encontram-se registadas ao custo de aquisição, com exceção de pequenas construções que já faziam parte das quintas que a UTAD adquiriu as quais foram registadas pelos valores considerados pela Avaliador da Repartição das Finanças.

Relativamente aos restantes itens do Imobilizado Corpóreo, os bens adquiridos até 31 de dezembro de 1997 encontram-se registados pelo valor resultante do custo de aquisição e avaliação das Finanças aquando da regularização do património não tendo sido efetuada qualquer avaliação posterior.

Os bens adquiridos após 1 de janeiro de 1998 encontram-se registados ao custo histórico de aquisição.

Os bens dos SASUTAD estão registados ao custo de aquisição ou, na sua falta, ao valor estimado de reposição apurado por referência à vida útil ainda prevista.

c) Amortizações

Os bens do imobilizado são amortizados em base anual, sendo as amortizações calculadas pelo método das quotas constantes e contabilizadas por débito na demonstração dos resultados de cada exercício.

Para o efeito, são utilizadas as taxas máximas estabelecidas pela Portaria n.º 378/94, de 16 de Junho ou pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado – CIBE, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de Dezembro de 1999.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	8 a 80
Equipamento e material básico	2 a 15
Equipamento de transporte	8 a 10
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	2 a 8
Outras imobilizações corpóreas	4 a 8

d) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado.

e) Provisão para cobranças duvidosas

As provisões para créditos de cobrança duvidosa foram calculadas tendo por base os riscos de cobrança identificados no final do exercício.

f) Reconhecimento de proveitos

1. Receitas próprias relativas a Prestações de Serviços

Relativamente às receitas que têm por base a emissão de uma fatura, o reconhecimento do proveito ocorre no momento da emissão da mesma, sendo ajustado no final do exercício da seguinte forma:

- Nos projetos plurianuais em que existe um controlo de custos, os proveitos são registados de acordo com a respetiva percentagem de acabamento;
- Nos projetos plurianuais em que não existe um controlo de custos, o montante global a faturar ao cliente é dividido pelo período estimado de duração do projeto, sendo imputado a proveito do exercício o proporcional ao período decorrido desde o seu início. Assim, caso o proveito a reconhecer segundo este método seja superior ao montante já reconhecido como proveito através da emissão da fatura, o diferencial é reconhecido como proveito do exercício, por contrapartida da rubrica de acréscimos de proveitos. Caso o proveito a reconhecer segundo este método seja inferior ao montante já reconhecido, o diferencial é diferido, por contrapartida da rubrica de proveitos diferidos.

2. Receitas próprias relativas a Propinas

O reconhecimento do proveito relativo às propinas do 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo são reconhecidas como proveito de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As propinas relativas aos restantes cursos são apenas reconhecidas quando recebidas.

3. Subsídios não provenientes do Orçamento do Estado

Referem-se aos fundos para o ensino e formação no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, subsídios da União Europeia, subsídios da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e subsídios de outros organismos públicos e privados. Os subsídios recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício (*“Transferências e subsídios correntes”*) no momento do recebimento dos mesmos.

A componente não utilizada dos subsídios recebidos no exercício para financiar despesas de capital, foi registada como proveito do exercício.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no balanço, na rubrica de proveitos diferidos, sendo transferidos para proveitos, através da rubrica de ganhos extraordinários, em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

4. Orçamento do Estado e PIDDAC

As dotações do orçamento de Estado atribuído para despesas correntes são reconhecidas como proveito do exercício (*“Transferências orçamento de estado”*), no momento da sua atribuição, por débito de uma conta do ativo, em outros devedores — devedores por transferências, sendo esta conta creditada com os recebimentos das “solicitações das transferências de fundos” efetuadas mensalmente.

A parcela do orçamento de Estado destinada a despesas de capital é diferida, no balanço na rubrica de proveitos diferidos, sendo posteriormente transferida para proveitos, através da rubrica de ganhos extraordinários, em proporção idêntica aos encargos anuais com a depreciação dos bens subsidiados.

5. Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos à Entidade, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

6. Subsídios

As transferências de capital obtidas do Orçamento do Estado ou outras entidades, foram registadas na rubrica de Proveitos Diferidos, sendo reconhecido o proveito na Demonstração de Resultados de cada ano pelo montante das amortizações relativas aos bens adquiridos com recurso às referidas transferências.

Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

7. Subsídios recebidos no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento, liderados pela Entidade, em cooperação com outras instituições

Sempre que a Entidade atua como entidade líder em projetos de investigação e desenvolvimento em cooperação com outras instituições, é de sua responsabilidade o pagamento a essas mesmas instituições dos subsídios atribuídos pelas entidades financiadoras, na quota-parte que estas têm no projeto. Em todas as circunstâncias em que a Entidade atua como entidade responsável pelo pagamento a terceiros de subsídios recebidos de outras entidades, essas operações, enquanto de pura intermediação, apenas têm reflexo em contas de balanço.

g) Reconhecimento de custos

A Entidade regista os seus custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os custos são reconhecidos à medida que são incorridos, independentemente do momento em que são pagos. As diferenças entre os montantes pagos e os correspondentes custos são registadas na rubrica de acréscimos de custos, sendo apresentado na 39 um detalhe dos mesmos.

h) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços. A 31 de dezembro de 2012 e 2011 não havia saldos em aberto em moeda estrangeira.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

i) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do nº.1 e no nº.2 do artigo 9º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Entidade goza de isenção de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

6. Despesas de instalação e despesas de investigação e de desenvolvimento

Em 31 de Dezembro de 2012, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Despesas de instalação:		
Estudos e projetos	35.131,91	35.131,91
Despesas de investigação e de desenvolvimento:		
Investigação e pesquisa	2.319,41	2.319,41
Propriedade industrial e outros direitos:		
Outros	361,87	361,87
Total	37.813,19	37.813,19

A 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica encontrava-se totalmente amortizada.

7. Movimento do ativo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Ativo Imobilizado					
Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	35.131,91	-	-	-	35.131,91
Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.319,41	-	-	-	2.319,41
Propriedade industrial e outros direitos	361,87	-	-	-	361,87
	37.813,19	-	-	-	37.813,19
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	879.964,41	-	-	-	879.964,41
Edifícios e outras construções	30.378.247,60	110.248,02	-	6.371.407,71	36.859.903,33
Equipamento e material básico	24.048.491,00	924.887,35	68,68	(154.547,84)	24.818.761,83
Equipamento de transporte	56.552,88	-	-	-	56.552,88
Ferramentas e utensílios	84.478,93	-	-	(1.029,89)	83.449,04
Equipamento administrativo	5.593.886,43	28.869,93	-	(105.961,53)	5.516.794,83
Taras e vasilhame	6.371.407,71	-	-	(6.371.407,71)	-
Outras imobilizações corpóreas	1.123.682,25	15.798,85	-	(1.867,53)	1.137.613,57
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-
	68.536.711,21	1.079.804,15	68,68	(263.406,79)	69.353.039,89
Totais	68.574.524,40	1.079.804,15	68,68	(263.406,79)	69.390.853,08

Rúbricas	Amortizações e Provisões			
	Saldo inicial	Reforços	Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	35.131,91	-	-	35.131,91
Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.681,28	-	-	2.681,28
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-
	37.813,19	-	-	37.813,19
Investimentos em imóveis	-	-	-	-
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	7.174.928,72	686.779,93	-	7.861.708,65
Equipamento e material básico	21.176.955,95	1.155.834,95	150.905,83	22.181.885,07
Equipamento de transporte	56.552,88	-	-	56.552,88
Ferramentas e utensílios	81.747,50	564,62	1.029,89	81.282,23
Equipamento administrativo	5.426.271,42	94.298,28	105.885,45	5.414.684,25
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	157.327,72	476,22	1.867,53	155.936,41
Imobilizações em curso	-	-	-	-
	34.073.784,19	1.937.954,00	259.688,70	35.752.049,49
Investimentos financeiros	-	-	-	-
Totais	34.111.597,38	1.937.954,00	259.688,70	35.789.862,68

8. Composição do Ativo Imobilizado

Terrenos e Recursos Naturais

Esta rubrica inclui essencialmente os terrenos onde estão implantados todos os edifícios do Campus da UTAD.

Edifícios e Outras Construções

Esta rubrica inclui mobiliário administrativo e equipamento de informática da Reitoria, de Estruturas Especializadas, Escolas e Serviços, equipamentos de laboratório e outros de todas as Escolas e equipamento de suporte essencial ao funcionamento e desenvolvimento dos SASUTAD com os quais são realizadas as prestações de serviços.

Em 2012 foi ainda transferido de Imobilizado em Curso 6.371.407,71 euros para Edifícios e Outras Construções relacionado com o Edifício de Clínicas Veterinárias – Bloco de Laboratórios.

14. Imobilizado não valorizado

A UTAD não valorizou os livros e outro espólio das bibliotecas adquiridas nos anos anteriores à implementação da contabilidade patrimonial. No entanto, existe um controlo físico atualizado destes bens. A sua não valorização é justificada pelo custo/benefício.

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 existiam as seguintes dívidas de cobrança duvidosa:

	2012	Provisões 2012	2011	Provisões 2011
Cientes conta corrente	8.704,50	8.704,50	-	-
Cientes cobrança duvidosa	393.103,22	393.103,22	445.023,10	445.023,10
Outras entidades	17.500,00	17.500,00	-	-
Alunos	736.502,34	736.502,34	1.192.668,55	1.192.668,55
Total	1.155.810,16	1.155.810,16	1.637.691,65	1.637.691,65

Em 2012, foram regularizadas as dívidas de alunos relativas a anos letivos anteriores a 2010/2011 (1.192.668,55 euros).

26. Dívidas em mora com o Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2012, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

31. Movimento ocorrido nas provisões

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Código das contas	Contas	Provisões acumuladas			
		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões para cobrança duvidosas				
	Clientes	445.023,10	106.946,38	150.161,66	401.807,82
	Outras entidades	-	17.500,00	-	17.500,00
	Alunos	1.192.668,55	-	456.166,21	736.502,34
		1.637.691,65	124.446,38	606.327,87	1.155.810,16

A constituição de provisões para cobrança duvidosa de clientes foi efetuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7 do POC-Educação. Foram constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para as quais existiam diligências para o seu recebimento. A taxa de provisão considerada foi de 100%.

A constituição de provisões relativas a alunos integra a totalidade da dívida do ano letivo 2010/2011. Em 2012, foi regularizada a totalidade das dívidas de anos letivos anteriores a 2010/2011 (1.192.668,55 euros) e reforçada a provisão referente à dívida do ano letivo 2010/2011 (736.502,34 euros).

32. Movimento ocorrido no fundo patrimonial

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica do fundo patrimonial:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Património	21.155.225,22	-	-	21.155.225,22
Reservas de reavaliação				
Reservas:				
Reservas legais	-	-	-	-
Subsídios	19.877,10	-	-	19.877,10
Doações:				
Doações - Entidade cedente	(104.161,29)	-	-	(104.161,29)
Doações - Entidade beneficiária	52.061,75	42.869,88	-	94.931,63
Resultados Transitados	3.296.437,33	3.252.229,06	(2.493.915,04)	4.108.751,35
	24.419.440,11	3.295.098,94	(2.493.915,04)	25.274.624,01
Resultado Líquido				
Exercício de 2011	2.038.640,83	243.243,06	(2.281.883,89)	-
Exercício de 2012	-	-	(108.416,45)	(108.416,45)
Totais	26.458.080,94	3.538.342,00	(4.830.215,38)	25.166.207,56

Os movimentos ocorridos nos Resultados Transitados estão relacionados com regularizações efetuadas nas propinas e nos subsídios ao investimento as quais causaram uma redução desta rubrica que se pode detalhar como se segue:

- Especialização de propinas: 866.787,35 euros;
- Subsídios ao investimento: (2.096.671,98) euros.

O movimento verificado em Doações é referente a bens móveis doados ao Hospital Veterinário.

33. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no exercício de 2012, foi determinado como se segue:

Rúbricas		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	(+)	-	21.514,83
Compras	(+)	-	509.043,65
Regularizações de existências	(+/-)	-	-
Existências finais	(-)	-	19.599,63
Custos no exercício		-	510.958,85

35. Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2012 e 2011 foram realizadas no mercado interno.

37. Demonstração de resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Código das contas	Rubrica	2012	2011
	Custos e perdas:		
681	Juros suportados	23.620,05	1.136,09
688	Outros custos e perdas financeiras	32.777,62	14.878,39
		56.397,67	16.014,48
	Proveitos e ganhos:		
781	Juros obtidos	2.468,14	3.562,16
783	Rendimentos de imóveis	15.262,01	80.955,43
		17.730,15	84.517,59

38. Demonstração de resultados extraordinários

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Código das contas	Rubrica	2012	2011
	Custos e perdas:		
692	Dívidas incobráveis	1.434.332,51	-
694	Perdas em imobilizações	3.786,77	5.121,97
695	Multas e penalidades	15.840,24	763,52
696	Aumentos de amortizações e provisões	-	-
697	Correções relativas a exercícios anteriores	107.474,96	213.593,49
698	Outros custos e perdas extraordinárias	242,50	45,00
		1.561.676,98	219.523,98

Código das contas	Rubrica	2012	2011
	Proveitos e ganhos:		
792	Recuperação de dívidas	2.983,83	-
794	Ganhos em imobilizações	2.692,71	1.673,01
796	Redução de amortizações e provisões	606.327,87	-
797	Correções relativas a exercícios anteriores	5.263,36	154.498,95
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	452.222,23	641.891,35
		1.069.490,00	798.063,31

Conforme referido na Nota 31, em 2012 a redução das provisões está relacionada com a anulação da dívida de alunos referente a anos letivos anteriores a 2010/2011 (1.192.668,55 euros) e com a regularização de dívida de clientes (pelo valor restante).

39. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do exercício tais como as que se seguem:a) Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Rubricas	2012	2011
Saldos devedores		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções na fonte	796,05	-
Imposto sobre o valor acrescentado	310.579,45	128.056,91
	311.375,50	128.056,91
Saldos credores		
Retenção de impostos sobre rendimentos		
Impostos sobre o rendimento das pessoas singulares	25.300,93	456.717,34
Imposto sobre o valor acrescentado	314.106,19	198.027,12
Restantes impostos	-	-
Contribuições para a segurança social	30.935,41	0,04
	370.342,53	654.744,50

b) Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Acréscimos de proveitos		
Outros acréscimos de proveitos	41.940,35	-
	41.940,35	-
Custos diferidos		
Outros custos diferidos	7.722,84	1.800,84
	7.722,84	1.800,84
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	3.039.506,97	2.908.862,31
Outros acréscimos de custos	25.917,07	11.206,90
	3.065.424,04	2.920.069,21
Proveitos diferidos		
Subsídios para investimentos	11.840.301,14	8.845.105,05
Outros proveitos diferidos	258.721,37	186.938,78
	12.099.022,51	9.032.043,83

c) Fornecedores

O saldo de Fornecedores à apenas referente aos SASUTAD sendo totalmente referentes à conta corrente de cada entidade.

Não se encontravam em aberto títulos a pagar e adiantamentos efetuados.

d) Impostos e taxas

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2012	2011
Taxas:		
Propinas:		
De licenciatura	5.162.710,77	6.336.860,17
De pós-graduações	-	-
De mestrados	2.143.309,26	192.968,08
De doutoramentos	616.200,00	341.398,17
Taxas de matrícula	97,50	1.547,90
Taxas de exames	50,00	5.652,50
Taxas de melhorias de notas	85,00	500,00
Seguro escolar	33,40	28,71
Outras taxas	846.552,56	502.692,53
	8.769.038,49	7.381.648,06
Multas	3.099,50	6.104,02
Outros	-	348,45
	3.099,50	6.452,47
Total impostos e taxas	8.772.137,99	7.388.100,53

e) Proveitos suplementares

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2012	2011
Aluguer de instalações:		
Aluguer de bares	127.632,14	111.949,27
Aluguer de salas	4.559,35	4.252,85
Aluguer de habitações	1.386,60	808,85
Aluguer de instalações desportivas	894,31	-
Aluguer de auditórios	1.360,00	2.680,00
Aluguer de Equipamento	2.086,02	763,01
	137.918,42	120.453,98
Outros proveitos suplementares:		
Outros	84.401,26	70.919,91
Totais	222.319,68	191.373,89

f) Transferências e subsídios correntes obtidos

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2012	2011
Transferências correntes:		
Orçamento do Estado	26.349.943,96	33.893.657,00
Empresas privadas	575.633,82	237.759,97
Empresas sem fins lucrativos	227.520,34	1.490,00
Outras	3.619.348,13	3.556.599,31
Subsídios correntes obtidos	154.037,53	100.605,00
	30.926.483,78	37.790.111,28

g) Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2012	2011
Subcontratos	29.308,50	45.215,00
Eletricidade	822.721,19	693.875,37
Combustíveis	188.742,43	180.875,13
Água	216.927,42	355.780,93
Outros fluidos	415.927,59	268.736,93
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	166.761,62	245.699,44
Livros e documentação técnica	1.508,38	7.583,63
Material de escritório	71.737,22	135.457,80
Artigos para oferta	14.309,72	1.416,68
Rendas e alugueres	427.453,10	444.198,79
Consumo de mercadorias	368.057,89	424.911,48
Despesas de representação	33.676,55	45.374,16
Comunicação	107.313,04	108.603,22
Seguros	22.345,97	27.495,64
<i>Royalties</i>	85.845,77	94.365,98
Transportes de mercadorias	6.725,67	7.927,17
Deslocações e estadas	265.204,58	392.564,80
Comissões	2.160,70	1.443,14
Honorários	800.300,48	909.488,17
Conservação e reparação	473.486,49	414.419,84
Publicidade e propaganda	101.514,21	76.808,34
Limpeza, higiene e conforto	378.180,92	362.898,15
Vigilância e segurança	186.171,36	238.379,54
Trabalhos especializados	721.388,29	852.068,40
Lúdico e didático	9.117,49	8.744,97
Outros fornecimentos e serviços	566.002,06	645.743,40
	6.482.888,64	6.990.076,10

h) Custos com o pessoal

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	2012	2011
Remunerações dos Órgãos Diretivos		
Vencimentos	40.327,80	40.587,40
	40.327,80	40.587,40
Remunerações base		
Pessoal dos quadros	18.203.505,88	16.830.716,97
Pessoal além dos quadros	6.078.305,63	9.893.284,68
Pessoal contratado	619.188,71	690.706,43
Pessoal aguardando aposentação	24.284,69	42.362,33
Pessoal outra situação	642.790,35	755.671,62
	25.568.075,26	28.212.742,03
Outras remunerações		
Subsídio de férias e de Natal	407.714,08	766.276,91
Subsídio de alimentação	1.032.515,89	1.013.375,88
Abonos para falhas	2.416,12	2.295,35
Ajudas de custo	119.539,27	222.452,76
Gratificações	4.802,18	24.836,36
Prestações sociais diretas	67.350,59	65.306,14
Por doença, maternidade e paternidade	10.314,89	-
Outras remunerações variáveis	197.163,48	173.792,25
	1.841.816,50	2.268.335,65
Total remunerações	27.450.219,56	30.521.665,08
Outros		
Pensões	44.535,79	49.197,76
Encargos sobre remunerações	4.898.476,89	5.419.507,04
Seguros de acidentes de trabalho	8.364,80	-
Outros custos com o pessoal	71.239,63	117.959,79
	5.022.617,11	5.586.664,59
Total prestações sociais	5.022.617,11	5.586.664,59
Total dos custos com pessoal	32.472.836,67	36.108.329,67

i) Transferências correntes concedidas

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	2012	2011
Transferências correntes concedidas:		
Administrações públicas e privadas	141.282,59	255.223,25
Particulares	994.553,84	834.881,34
Subsídios corrente concedidos		
Associação Académica	650,00	800,00
Outras instituições	164.407,91	204.373,95
Outros	120,00	1.726,27
	1.301.014,34	1.297.004,81

j) Outros custos e perdas operacionais

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	2012	2011
Impostos e taxas	22.303,86	48.761,63
Quotizações	45.161,62	33.315,86
	67.465,48	82.077,49

k) Eventos subsequentes

Subsequentemente à data das demonstrações financeiras, ocorreram factos que, pela sua relevância, devem ser divulgados, tais como, a publicação do Acórdão nº 187/2013 do Tribunal Constitucional que considerou inconstitucional alguns artigos constantes do Orçamento de Estado de 2013 (Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro). A inconstitucionalidade dos referidos artigos originaria uma alteração no montante da especialização de custos com pessoal com referência a 31 de dezembro de 2012. A Universidade não refletiu estes impactos nas referidas demonstrações financeiras dado que já se encontrava em fase de conclusão do presente relatório.

5 – Parecer do Fiscal único

Exercício de 2012

Relatório e Parecer do Fiscal Único

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

- Contas Consolidadas -

O presente relatório é emitido tendo em conta o disposto no artigo 101º, no ponto iv) da alínea a) do nº 1 do artigo 48º e na alínea h) do nº 2 do artigo 36º, todos dos Estatutos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, publicados em anexo ao Despacho Normativo nº 63/2008.

Relatório

1. Tendo em consideração as competências e deveres que nos são conferidos pelo disposto no artigo 101º dos Estatutos acima referidos, procedemos, no cumprimento do mandato que nos foi atribuído:

- a) À vigilância da observância da lei e do cumprimento do que se encontra estabelecido nos estatutos da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), na componente que integra as nossas competências;
- b) À verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, respeitantes às entidades que compreendem o perímetro de consolidação;
- c) À verificação da exactidão dos documentos de prestação de contas consolidados, bem como dos documentos de prestação de contas individuais das entidades que lhes deram origem, apreciando a adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas por aquelas entidades;
- d) À verificação da conformidade dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados pelas entidades envolvidas na consolidação de contas com o sistema de normalização contabilística aplicável (POCE);
- e) À verificação da boa aplicação das regras e métodos aplicados no processo de consolidação das contas;
- f) À apreciação do Relatório de Gestão Consolidado;
- g) À emissão da Certificação Legal das Contas, datada de 12 de Abril de 2013.

2. No desempenho das nossas funções, prevalecemo-nos dos poderes que nos são atribuídos pelos Estatutos já mencionados, pelo que levámos a efeito o seguinte:

- a. Reuniões com os responsáveis das entidades incluídas na consolidação, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- b. Análise do sistema de controlo interno das entidades envolvidas no processo de consolidação, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria a adoptar no seio de cada uma delas, o qual incidiu, especialmente, em contas a pagar, contas a receber, imobilizações e gastos com o pessoal, tendo sido efectuados os testes de controlo apropriados;

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 53
Registada na CMVM com o nº 1975*

- c. Realização dos testes substantivos seguintes, dirigidos a cada uma das duas entidades incluídas no perímetro de consolidação, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
- i. Inspeção física dos principais elementos do imobilizado corpóreo.
 - ii. Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (clientes, fornecedores, Bancos, instituições e/ou institutos públicos, organismos do Estado) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas. Nos casos em que não foi obtida resposta, efectuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.
 - iii. Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelas entidades, por amostragem.
 - iv. Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social, CGA e ADSE.
 - v. Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.

3. Em consequência de todo o trabalho efectuado, concluímos que:

- a) Os documentos de prestação de contas consolidados satisfazem os requisitos legais;
- b) O Relatório de Gestão Consolidado satisfaz os requisitos legais, verificando-se a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

Tudo isso, não obstante as indicações deixadas na Certificação apontada na alínea g) do nº 1 do presente relatório, para as quais se chama a atenção.

Acréscce que, numa perspectiva de comparação dos valores constantes do Balanço de 2012 com os de 2011, deverá ser tomado em conta o facto de se terem efectuado, em 2012, alguns ajustamentos nos saldos das contas relativas a subsídios relacionados com Activos, os quais foram reflectidos na conta de Resultados Transitados. Assim, ao nível dos Fundos Próprios, a variação observada de 2011 para 2012 foi influenciada por esses ajustamentos, cujos efeitos foram reconhecidos na conta de Resultados Transitados (cfr. Nota 32 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados).

Parecer

4. Do exposto, somos de parecer que:

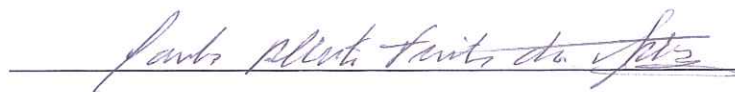
- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão Consolidado e as contas consolidadas do exercício de 2012;
- b) Seja feita a necessária apreciação sobre as acções levadas a efeito pelo órgão de administração das entidades consolidadas, durante o exercício findo,

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975*

Vila Real, 12 de Abril de 2013

António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - ROC n.º 177

A handwritten signature in dark ink, reading "Carlos Alberto Freitas dos Santos", is written over a horizontal line.

6 – Certificação legal das contas

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 53
Registada na CMVM com o nº 1975*

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 40.756.286,26 € e um total de Fundos Próprios de 25.166.207,56 €, incluindo um Resultado Consolidado Líquido negativo de 108.416,45 €), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas e dos Fluxos Consolidados de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo consolidado.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Gestão da UTAD a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do grupo (público) formado pelas entidades que compreendem o perímetro de consolidação da instituição, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das duas entidades incluídas na consolidação, incluindo a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gestão, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da simples agregação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975*

5. O nosso exame abrangeu, também, a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. A UTAD regista os subsídios relacionados com projectos de investigação numa base de caixa, pelo que o respectivo proveito é registado no momento do seu recebimento. Constatámos que se encontra em fase de implementação um processo de recolha da informação necessária, bem como a implementação de uma estratégia, que permita a aplicação do princípio da especialização dos exercícios, de modo a permitir que o proveito seja registado no exercício em que o respectivo custo ocorreu. Deste modo, não nos é possível avaliar o impacto da alteração da política contabilística nas rubricas de “proveitos diferidos” e “transferências correntes obtidas.”

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do ajustamento que poderia revelar-se necessário, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima, as referidas Demonstrações Financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Universidade de Trás Os Montes e Alto Douro em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e previstos no Plano Oficial de Contabilidade para o sector da Educação.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório Consolidado de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfases

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 8, chamamos a atenção para as situações seguintes:

10.1. No final do ano de 2012 havia um diferendo entre os SASUTAD e a Administração Fiscal, transitado do exercício de 2010, a respeito de valores de IVA suportados em anos anteriores e que foram, entretanto, regularizados a favor da Administração Fiscal, por iniciativa dos SASUTAD. Tal diferendo mantém-se na presente data.

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975*

Caso o desfecho de tal diferendo seja desfavorável aos SASUTAD, as Demonstrações Financeiras não ficam prejudicadas, tendo em conta que o valor do IVA que se discute já foi pago por estes (cfr. nota 39, alínea l) do Anexo Consolidado).

10.2. Já depois das contas se encontrarem encerradas e preparadas as peças finais correspondentes, foi publicado o Acórdão n.º 187/2013 do Tribunal Constitucional.

Nos termos do referido Acórdão, de entre outras matérias nele referidas, não é possível, em 2013, deixar de pagar o subsídio de férias aos funcionários públicos, pelo que, neste ano, todos os funcionários ao serviço do grupo público UTAD irão receber o dito subsídio.

Não tendo essa circunstância sido reflectida nas contas consolidadas, pelo motivo supra apontado, as mesmas não reflectem esse facto.

Ascendendo o dito subsídio a cerca de 2.090.000,00 €, com inclusão dos encargos sociais respectivos por conta da entidade, e não estando este valor contido nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do grupo, o Resultado Líquido consolidado não está afectado por este valor/custo (cfr. Nota 39, alínea k) do Anexo Consolidado)

10.3. Numa perspectiva de comparação dos valores constantes do Balanço de 2012 com os de 2011, deverá ser tomado em conta o facto de se terem efectuado, em 2012, alguns ajustamentos nos saldos das contas relativas a subsídios relacionados com Activos, os quais foram reflectidos na conta de Resultados Transitados. Assim, ao nível dos Fundos Próprios, a variação observada de 2011 para 2012 foi influenciada por esses ajustamentos, cujos efeitos foram reconhecidos na conta de Resultados Transitados (cfr. Nota 32 do Anexo Consolidado).

Vila Real, 12 de Abril de 2013

António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - ROC n.º 177



